

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

ANDRESSA ALVES WATANABE

**ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DO RIO
DA ONÇA/PR, NO CONTEXTO DO TURISMO EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

Balneário Camboriú – SC

2007

ANDRESSA ALVES WATANABE

**ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DO RIO
DA ONÇA/PR, NO CONTEXTO DO TURISMO EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre no Programa de Mestrado Acadêmico em turismo e Hotelaria “*Strictu Sensu*” da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Campus de Balneário Camboriú.

Orientador: Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Balneário Camboriú – SC

2007

*À minha família, Ricardo, Sueli,
Dalva, André, Adriano e Alan.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, não somente pelo dom da vida, mas por caminhar comigo em todas as etapas, e principalmente, por me carregar no colo quando me faltou o chão.

À minha família, que sempre está ao meu lado, me ajudando, compreendendo e se sacrificando para que eu pudesse alcançar meu ideal.

Ao meu orientador, por acreditar em mim, mesmo quando tudo indicava que eu não iria conseguir.

À Prof^a Dr^a Dóris van de Menne Ruschmann e Prof^o. Dr^o Miguel Angel Verdinelli pelas contribuições e sugestões durante a Banca de Exame de Qualificação.

A todos os professores do Programa de Mestrado Acadêmicos em Turismo e Hotelaria por sua dedicação e por compartilharem comigo seus conhecimentos.

Agradeço a todos os funcionários do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, que me apoiaram durante toda a pesquisa, em especial à Soeli e a Laudicéia o meu muito obrigada!

Agradeço ao meu grande amigo Lucio Lange Rila, por me acolher em sua casa durante todo o curso, me incentivar nos momentos difíceis e suportar todas as minhas manias, sempre com ótimo humor.

Aos amigos que me auxiliaram na realização desta pesquisa, Laíze Porto Alegre, Oswaldo Dias dos Santos Junior, Lucilene Tavares, Mara Schüller.

Aos amigos que me animaram durante toda a caminhada, Luciana Noronha Pereira, Aidyl Alexandra Pessoa de Mello, Graziela Scalise Horodyski, André Silvestrin.

Meu agradecimento aos professores do Curso de Turismo da Universidade Positivo por sempre me receberem de braços abertos e me auxiliarem durante todo o programa de mestrado.

Agradeço a todos, que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

Esperei com paciência pelo Senhor; ele se inclinou para mim, e ouviu meu clamor. Tirou-me de um lago horrível, de um charco de lodo; pôs meus pés sobre uma rocha, firmou os meus passos. Pôs um novo cântico na minha boca, um hino de louvor ao nosso Deus. Muitos verão, e temerão, e confiarão no Senhor. Bem-aventurado o homem que põe no Senhor a sua confiança...

Salmos 40: 1-4.

RESUMO

A visitação turística em Unidades de Conservação tem crescido significativamente nos últimos anos, sendo que a minoria possui plano de manejo e programas específicos para a realização dessa atividade. O Parque Estadual do Rio da Onça - PERO, objeto deste estudo, está localizado no município de Matinhos/PR que se destaca como destino turístico no Estado do Paraná. Nele ocorrem remanescentes de Mata de Restinga do litoral do Paraná, associada à Floresta Atlântica, de grande importância ecológica e com apelo turístico quanto à singularidade da paisagem ali existente. Neste contexto, a pesquisa tem por objetivo analisar o uso público do parque a partir da satisfação do visitante, à luz do documento “*Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*” do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o intuito de contribuir com o manejo desta Unidade de Conservação, fornecendo informações que venham orientar as condições de uso público quanto à visitação e ações voltadas para o ecoturismo e educação ambiental. Para este fim, o enfoque teórico da pesquisa abrange a visitação em Unidades de Conservação, a evolução na implantação das Unidades de Conservação no Paraná e a satisfação do visitante quanto aos aspectos físico-estruturais da localidade, bem como a qualidade da experiência vivida no parque. Neste sentido, optou-se por realizar uma pesquisa empírica de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem de caráter exploratório, utilizando-se ainda de uma abordagem descritiva em um estudo de caso. Os resultados mostraram que a maioria dos visitantes estão parcialmente satisfeitos com a experiência de visitação no PERO, e que as condições para o uso público do parque não estão de acordo com os atuais princípios das diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA, devido principalmente à falta do plano de manejo, que também é a razão das maiores ameaças a atividade de visitação no mesmo.

Palavras chave: Turismo; Unidades de Conservação. Parque Estadual do Rio da Onça/PR.

ABSTRACT

Tourism visitation to Preservation Units has increased significantly in recent years. However, few of these units have management plans or specific programs to carry out their activities properly. The State Park of Rio da Onça (PERO), the object of this study, is located in the municipality of Matinhos, an important tourism center in the state of Paraná. It contains remaining coastal woodlands of Paraná and Atlantic Forest. It is therefore an area of ecological importance and tourism appeal, due to its unique landscape. In this context, this research analyzes the public use of the park, based on visitors' satisfaction, and in light of the document *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação* (Guidelines for Visits to Units of Preservation) of the Ministry of the Environment (MMA). It is intended as a contribution to the management of this Preservation Unit, providing information that will guide the conditions for public use concerning visitation, as well as actions geared towards ecotourism and environmental education. For this purpose, the theoretical focus of the research comprises visitation to Preservation Units, developments in the process of implementing Preservation Units in Paraná, visitors' satisfaction with the physical and structural features of the location, and the quality of experience in the park. An empirical study of a qualitative and quantitative nature was carried out, using a descriptive and exploratory approach, in the form of a case study. The results show that the majority of visitors are only partially satisfied with their visiting experience to the PERO, and that the conditions of use of the park by public does not follow the current principles of the guidelines for visitation to preservation units of the MMA, mainly due to the lack of a management plan, which is also the reason for the greatest threats facing tourism visitation.

Keywords: Tourism; Units of Preservation; State Park of Rio da Onça / PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Parque Estadual do Rio da Onça/PR na planície litorânea.....	52
Figura 2: Localização do Parque Estadual do Rio da Onça no município de Matinhos.....	53
Figura 3: Foto Aérea do PERO.....	54
Figura 4: Centro de Visitantes do PERO.....	55
Figura 5: Placa com mapa de visitação do PERO	56
Figura 6: Organograma hierárquico dos funcionários do PERO.....	58
Figura 7: Vista aérea da região de entorno do PERO.....	59
Figura 8: Via de acesso ao parque.....	88
Figura 9: Placas de sinalização para acesso ao Parque.].....	89
Figura 10: Pontes de acesso ao Parque.....	90
Figura 11: Aspecto externo e interno do Centro de Visitantes.....	92
Figura 12: Sinalização das Trilhas.....	93
Figura 13: Vegetação do Parque Estadual do Rio da Onça, com destaque para as bromélias.....	94
Figura 14: Mobiliário do parque (bancos e lixeiras).....	95
Gráfico1: Freqüência em porcentagem da origem dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR.....	66
Gráfico 2: Balneário de estadia dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR.....	67
Gráfico 3: Faixa etária dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR...	68
Gráfico 4: Meios de transporte utilizados para acessar o parque	69
Gráfico 5: Freqüência em porcentagem do grau de instrução do dos visitantes do PERO/PR.....	71
Gráfico 6: Freqüência em porcentagem da renda mensal dos visitantes do PERO/PR.....	72
Gráfico 7: Opção dos visitantes pelos atrativos do Parque e freqüência relacionada	74
Gráfico 8: Freqüência em porcentagem de como os visitantes conheceram o parque.....	75

Gráfico 9: Freqüência dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR em porcentagem.....	77
Gráfico 10: Objetivo da visita ao parque em porcentagem.....	78
Quadro 1: Matriz de pontos fortes e fracos	96
Quadro 2: Matriz de oportunidades	97
Quadro 3: Matriz de ameaças.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre grau de escolaridade e renda mensal dos visitantes do PERO/PR	73
Tabela 2: Relação entre profissões e escolaridade e renda mensal, igual ou superior a 7 salários mínimos, dos visitantes do PERO/PR	73
Tabela 3: Condições das vias de acesso ao PERO em (%).....	80
Tabela 4: Qualidade do Centro de Visitantes do PERO em (%).....	82
Tabela 5: Qualidade das trilhas do PERO em (%).....	83
Tabela 6: Qualidade das trilhas do PERO em (%).....	85
Tabela 7: Qualidade do atendimento no PERO em (%).....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

DUC – Departamento de Unidades de Conservação

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

GTITAN – Grupo de Trabalho Interinstitucional de Turismo em Áreas Naturais

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Mtur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PEIM – Parque Estadual da Ilha do Mel

PERO – Parque Estadual do Rio da Onça

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SETU – Secretaria de Estado do Turismo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Justificativa.....	15
1.2. Problematização.....	18
1.3. Objetivo Geral.....	18
1.4. Específicos.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1. Turismo (Visitação) em Áreas Naturais.....	20
2.2. O Uso Público em Unidades de Conservação.....	24
2.3. A evolução na implantação das Unidades de Conservação no Paraná .	38
2.4. A satisfação do visitante em Unidades de Conservação.....	42
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	49
3.1. Ocupação do litoral paranaense.....	49
3.2. O município de Matinhos/PR.....	51
3.3. Localização e breve caracterização biofísica e da estrutura de visitação do Parque Estadual do Rio da Onça.....	52
4. METODOLOGIA.....	60
4.1. Método da pesquisa.....	60
4.2. Procedimentos metodológicos.....	61
4.2.1. Dimensionamento da amostra.....	61
4.2.2. Processamento e análise dos dados.....	62
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	65
5.1. Contagem, identificação dos visitantes e meios de transporte utilizados.....	65
5.2. Faixa etária, agrupamento e meio de transporte dos visitantes.....	68
5.3. Perfil sócio-econômico do visitante.....	70
5.4. Características da visita.....	74
5.5. Avaliação da experiência vivida no Parque Estadual do Rio da Onça.....	79
5.6. Aspectos relevantes associados ao parque.....	87
5.7. Análise Swot à luz do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES.....	113
Apêndice A.....	114

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística tem sido considerada uma das mais importantes atividades econômicas mundiais, gerando um em cada dez empregos existentes e movimentando cerca de 3,4 bilhões de dólares ao ano em todo o mundo (SETU, 2006). Mesmo com os diversos revezes que a atividade sofreu nos últimos anos, devido aos atentados terroristas e guerras ocorridos em diversos países, ainda assim, dados estatísticos da OMT revelaram que houve um crescimento de 10% na atividade turística internacional, no ano de 2004, em relação ao ano de 2003. No Brasil, a atividade turística teve um crescimento de 20% neste mesmo período, principalmente nas destinações que oferecem como atrativo principal os recursos naturais.

Nos últimos anos, as tendências sobre a escolha das destinações turísticas e a expectativa dos visitantes vêm se modificando, dando preferência a lugares mais naturais, sem alterações influenciadas pelo turismo. As localidades naturais ainda existentes, já estão sofrendo grandes pressões pelo mercado turístico e os turistas anseiam cada vez mais em conhecer estes locais, antes que desapareçam.

Visando desenvolver-se economicamente, aumentar a geração de empregos e obter os benefícios de alcance social, pequenas comunidades têm sido incentivadas por órgãos governamentais, ONGs e outras instituições ligadas ao setor, a investir no turismo, mas especificamente no segmento denominado **ecoturismo**.

O ecoturismo é um segmento do turismo de natureza e se diferencia dos outros pela sua conceitualização que abrange a experiência educacional interpretativa, o desenvolvimento sustentável, a conservação da natureza e a valorização das culturais locais.

Embora existam diversos conceitos sobre o assunto, o conceito utilizado será o da Embratur que considera o Ecoturismo como:

“A atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR / IBAMA, 1994).

Este conceito apresenta-se como um dos mais completos, uma vez que não considera apenas as questões ambientais, mas também as sociedades envolvidas neste ambiente e as influências que a atividade turística pode ocasionar sobre elas.

Analisando as diversas definições sobre ecoturismo, percebe-se que a base, para que o mesmo ocorra, está diretamente ligada à sustentabilidade, ou seja, o turismo sustentável, que busca atingir os seguintes objetivos: ser ecologicamente aceitável a longo prazo; financeiramente viável; justo para as comunidades locais, nas questões sociais de forma ética; conservar as tradições e heranças culturais e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Segundo RUSCHMANN, "... se tal postura não ocorrer, o desenvolvimento do turismo pode causar perdas irreparáveis para as populações receptoras e para os ambientes físicos e culturais" (1997. p. 111).

Considerando principalmente o fato de que a prática do ecoturismo tem sido realizado em Unidades de Conservação da Natureza, uma vez que estes locais apresentam poucas alterações ambientais, há ainda a preocupação de que a atividade turística venha afetar negativamente a conservação da biodiversidade, objetivo principal destas localidades.

Com o intuito de minimizar os impactos negativos e ordenar a visitação em Unidades de Conservação, foi criado em 18 de Julho de 2000, por meio da Lei nº. 9.985¹ o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e, elaborado em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente o documento *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*, adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo nestas áreas.

1.1. Justificativa

A agitação da vida urbana, a poluição visual, sonora e de modo geral das grandes cidades, juntamente com o excesso de trabalho têm feito com que as áreas naturais sejam cada vez mais valorizadas, principalmente para o Turismo. A cada

¹

Publicada no Diário Oficial da União em 19/07/2000.

dia, mais e mais pessoas procuram destinações com atrativos naturais conservados, não só por sua beleza cênica, mas também por significar a fuga do cotidiano urbano.

Segundo Rodrigues (1996. p.73) “O turismo introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos baseados em imagens que substituem a realidade e conduzem à julgamentos segundo códigos impostos pela mídia”.

As áreas naturais são convertidas em símbolos e imagens, transformadas em atrativos turísticos prontos para serem consumidos, que remetem ao futuro visitante a ilusão da fuga do urbano e tudo o que ele representa. Para satisfazer a necessidade do homem urbano, muitas vezes não é considerado o impacto negativo que pode vir a ocorrer nesse processo. Esses impactos podem causar a degradação dessas áreas, eliminando também o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que o atrativo já não existe mais.

Visando minimizar os impactos negativos que a visitação pode causar nas localidades onde se desenvolve a atividade turística, o ecoturismo, ou turismo ecológico, vem como alternativa para este fim.

Considerando que o turismo ecológico segue os princípios do desenvolvimento sustentável, que envolve a conservação dos recursos naturais, a equidade social e a educação ambiental, nesse sentido, os estudos e discussões sobre o turismo ecológico já obtiveram muitos avanços não só no que se refere à responsabilidade do poder público, mas também do poder privado quanto ao seu desenvolvimento.

No que se refere ao Poder Público, visando desenvolver de forma sustentável a atividade turística em Áreas Naturais Protegidas, o governo federal instituiu, por meio da Lei nº 9.985/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), constituído “pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais” (Costa, 2002. p.27). Este sistema objetiva contribuir com a manutenção da diversidade biológica e promover o desenvolvimento sustentável à partir dos recursos naturais, utilizando os princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, por meio de ações ligadas a educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (IBAMA, 2000).

Para complementar a regulamentação da utilização das Unidades de Conservação para o desenvolvimento do ecoturismo, foi criado o documento *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*, que além de trazer

informações sobre planejamento e gestão de Unidades de Conservação, traz também os princípios para a visita nessas localidades, abordando o que as unidades devem propiciar aos seus visitantes. Esses princípios buscam a excelência na qualidade dos serviços ofertados aos visitantes, a satisfação do visitante, a segurança e a oferta de informação durante a visita, além da conservação dos recursos naturais.

Mesmo com as leis e diretrizes para a conservação da natureza nas Unidades de Conservação, ainda são muitas as dificuldades enfrentadas para a manutenção das mesmas. Porém, elas representam o mecanismo mais eficaz para a conservação dos recursos naturais ainda existentes, e também são consideradas como um local apropriado para sensibilizar as populações quanto à importância da conservação destes ambientes, uma vez que proporcionam o contato direto dos mesmos com os recursos naturais e sua fragilidade.

Nessa perspectiva de utilização de Unidades de Conservação para o desenvolvimento do turismo ecológico, a visita do Parque Estadual do Rio da Onça/PR (PERO), considerando o número de turistas, que visitam o município de Matinhos onde o mesmo está localizado, é quase insignificante, uma vez que não há divulgação sobre sua existência, menos ainda sobre os recursos naturais e as paisagens que o mesmo oferece. O parque possui um dos poucos remanescentes de Mata de restinga restantes do litoral do Paraná, além de Mata Atlântica, e formações pioneiras, que por si só possui valor ecológico e turístico quanto à singularidade da paisagem ali apresentada.

Visto que os turistas que visitam o município buscam o contato com a natureza e considerando o documento *Diretrizes para Visita em Unidades de Conservação* (2006), esta pesquisa irá contribuir para o programa de uso público do Parque, uma vez que a satisfação dos visitantes torna-se um grande indicador de ações para estimular a visita.

1.2. Problematização

O desenvolvimento da atividade turística na região do Litoral do Paraná encontra-se consolidada, atraindo um grande número de turistas, principalmente nos meses em que ocorrem as férias de verão. Dentre os seus atrativos turísticos, encontra-se o Parque Estadual do Rio da Onça, uma Unidade de Conservação onde é possível contemplar remanescentes da Mata de Restinga, como também Mata Atlântica.

Verificando as condições de visitação do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, é possível constatar que, embora haja infra-estrutura para atender visitantes, há também uma falta de investimentos no parque, bem como um número de funcionários insuficiente para o atendimento ao público.

Diante disso, surge a indagação que conduz à seguinte pergunta de pesquisa: diante do contexto de uso público (turístico) em unidades de conservação, as condições atuais de uso público do PERO quanto à infra-estrutura, disponibilização de informações, segurança e recursos naturais existentes, satisfazem à expectativa dos visitantes, ajustando-se às atuais diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA?

A partir deste questionamento, estabeleceram-se os seguintes objetivos para a pesquisa:

1.3. Objetivo geral

- Analisar o uso público do Parque Estadual do Rio da Onça/PR (PERO), a partir da satisfação do visitante e diante do contexto do turismo em unidades de conservação.

1.4. Objetivos específicos

- Reconhecer a atratividade exercida pelo PERO em sua região de ocorrência, a partir da caracterização do perfil e interesse do visitante;
- Apontar, segundo a percepção dos visitantes, as principais fraquezas e ameaças para o uso público no PERO;
- Verificar as condições de uso público do PERO diante dos princípios para visitação em unidades de conservação do MMA;
- Gerar subsídios teóricos para o uso público do PERO, contribuindo com o conhecimento do turismo em unidades de conservação no Brasil.

Desta forma, com o cumprimento dos objetivos propostos, a pesquisa foi relevante para o avanço no entendimento do tema e poderá fornecer os subsídios necessários para um futuro programa de uso público do Parque.

No próximo capítulo é apresentado o referencial teórico relacionado ao tema de estudo, para um melhor entendimento do mesmo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No capítulo anterior foi apresentada a Justificativa da presente dissertação, como também a Problematização e os Objetivos: Geral e Específico. Neste capítulo, será apresentado o Referencial Teórico que trata sobre o turismo (visitação) em áreas naturais, a visitação turística em Unidades de Conservação, a evolução na implantação das Unidades de Conservação no Paraná e a satisfação do visitante em Unidades de Conservação.

2.1 Turismo (visitação) em áreas naturais

Nas últimas décadas, o Turismo tem apresentado um crescimento acelerado e desordenado, sendo um dos principais causadores de agressões ao meio ambiente, à ocupação urbana desordenada e, até mesmo, alterações significativas no modo de vida das comunidades envolvidas. O turismo, ao mesmo tempo em que representa um grande gerador de riquezas, apresenta-se também como um fator de agressão ao espaço em que ocorre, quando não há um planejamento efetivo para o desenvolvimento da atividade.

Segundo Rodrigues, “nos novos espaços de turismo, particularmente em ‘reservas naturais’, consome-se destruindo e produzindo. Objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço” (1999. p.63). Há um antagonismo no turismo em áreas naturais. Ao mesmo tempo em que se desenvolve a atividade, agregando valor à destinação, na maioria das vezes, degrada-se o próprio atrativo. A construção e a degradação caminham concomitantemente. A transformação do espaço natural em espaço social.

O turismo em áreas naturais ou de natureza é um dos tipos de turismo que tem crescido de forma significativa em todo país. Segundo Kinker “O turismo de natureza é aquele que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados, como, por exemplo, paisagens, águas (mar, rios, cachoeiras, corredeiras), vegetação e vida silvestre” (2002, p.8).

Devido à diversidade de seus recursos naturais, estima-se que 500.000 pessoas pratiquem o ecoturismo no Brasil, gerando emprego para trinta mil trabalhadores diretos através de cinco mil empresas e instituições privadas (EMBRATUR, 2003).

O ecoturismo é um segmento do turismo de natureza e se diferencia dos outros pela sua conceitualização, que abrange a experiência educacional interpretativa, o desenvolvimento sustentável, a conservação da natureza e a valorização das culturas locais.

Para a prática do ecoturismo, as áreas naturais, principalmente as protegidas legalmente, constituem grandes atrações tanto para os autóctones como para os turistas de todo o mundo, uma vez que as mesmas possuem a paisagem, fauna e flora em bom estado de conservação, bem como os elementos culturais existentes. Segundo estudo realizado pela EMBRATUR, os ambientes naturais conservados, ou também chamadas áreas naturais protegidas:

“São espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção, para manter os recursos naturais em seu estado original” (EMBRATUR, 2002).

As áreas naturais protegidas têm por finalidade manter e preservar a diversidade das espécies e a capacidade produtiva dos ecossistemas, preservar aspectos culturais e históricos, resguardar habitats críticos, proteger paisagens e a vida silvestre, propiciar pesquisa científica, educação e treinamento, recreação e turismo (EMBRATUR, 2002).

Vale lembrar que a prática do ecoturismo não se deve restringir apenas às áreas naturais protegidas, mas abranger também as áreas sem nenhum tipo de proteção. Dessa forma, diminuiria a pressão sobre as Unidades de Conservação e estimularia a conservação dos recursos dessas outras áreas (LINDBERG; HAWKINS, 2005).

A atividade turística em Unidades de Conservação se dá por meio da visitação das mesmas. Considera-se visitação em unidades de conservação as atividades com fins recreativos, educativos e interpretativos, realizadas em contato

com os recursos naturais e culturais, tendo por objetivo sensibilizar o visitante quanto ao respeito e a importância destes recursos, contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Jesus, 2002). Contudo, a visitação não se restringe apenas a turistas, mas também à comunidade local.

Analisando no contexto do turismo em Unidades de Conservação, deve-se considerar também os visitantes residentes na comunidade de entorno, mesmo que as definições sobre turismo considerem como turistas apenas pessoas não residentes no município visitado, segundo a Organização Mundial do Turismo, são considerados turistas "pessoas que viajam e permanecem em locais fora de seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, para fins de lazer, negócios e outros" (WTO, 1994). Sendo assim, entende-se que as unidades de conservação são locais fora do ambiente usual de seu visitante, independente da localidade de sua residência.

No Brasil, a utilização de áreas naturais protegidas é regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As Unidades de Conservação (UC) integrantes do SNUC são divididas em dois grandes grupos: As Unidades de Proteção integral, cujo objetivo principal é a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (IBAMA, 2000).

No grupo das Unidades de Proteção Integral encontram-se as categorias de: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

No grupo das Unidades de Uso Sustentável encontram-se as categorias de: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com a mesma Lei nº 9.985/2000 de criação do SNUC, a categoria de Parque Estadual está classificada como unidade de proteção integral, juntamente com a categoria de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, as quais têm por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. A visitação pública só é

permitida por meio de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e ecoturismo, porém, o uso público nestas categorias de unidade de conservação só pode ocorrer de acordo com normas estabelecidas em seus respectivos planos de manejo (IBAMA, 2000).

De acordo com Barros (2003), uma das justificativas para a criação de Unidades de Conservação que permitam a visitação e o uso público em sua categoria é a de possibilitar o acesso das pessoas a estas áreas naturais protegidas. Ainda segundo a autora, acredita-se que o contato com a natureza proporcione muitos benefícios ao visitante, além de auxiliar na formação da consciência ambiental do mesmo, uma vez que o indivíduo estabeleça uma relação participativa com a localidade visitada.

Segundo a mesma fonte (*op. cit.*), não é possível alcançar o objetivo da conservação sem formar usuários e visitantes que conheçam e amem as Unidades de Conservação, entendendo seu valor e dispostos a defendê-las, uma vez que as pessoas que passam pela experiência de visitação possuem mais chances de compreender a importância desses espaços.

As Unidades de Conservação, que permitem visitação pública, devem estar preparadas para receber os visitantes, pois o objetivo destas áreas é propiciar a oportunidade de conhecer os atributos e valores ambientais protegidos pela mesma (KATAOKA, 2004). As Unidades de Conservação, segundo o SNUC, devem promover a educação e a interpretação ambiental, bem como o turismo ecológico e a recreação em contato com a natureza (IBAMA, 2000).

No Brasil, o uso público é conceituado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza, de acordo com o especificado nos planos de manejo das Unidades de Conservação. Segundo Handee (*et al*) (1990), é de fundamental importância para o manejo das Unidades de Conservação a compreensão das várias dimensões e implicações do uso público, tendo em vista que não somente os valores que emergem das várias dimensões do uso, mas também as ameaças, ocasionando problemas no manejo das mesmas.

Dentre os objetivos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (IBAMA, 2000), as Unidades de Conservação devem promover ao visitante, de acordo com a sua categoria de manejo, atividades

recreativas, educativas e de interpretação ambiental, visando proporcionar ao mesmo uma experiência educativa durante sua visitação.

Apesar da criação do SNUC, o Brasil ainda enfrenta muitas dificuldades em manter as Unidades de Conservação, uma vez que os recursos humanos e financeiros são insuficientes para fiscalizar e monitorar todas as existentes. Outra dificuldade é a falta de entendimento entre os órgãos executores quanto ao uso das Unidades de Conservação, bem como conflitos com a comunidade local e a especulação imobiliária, que têm avançado sobre as Unidades de Conservação de forma significativa.

2.2. O uso público em unidades de conservação

Tendo em vista que o SNUC apresenta como finalidade regulamentar as Unidades de Conservação da natureza visando favorecer condições para a promoção da educação ambiental, desenvolvimento sustentável, valorização social e econômica dos recursos naturais, turismo, entre outros, a Portaria nº120, de 12 de abril de 2006 que aprova o documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” vem auxiliar na gestão das Unidades de Conservação para que estes objetivos sejam alcançados.

O documento é composto por um conjunto de princípios, diretrizes práticas e recomendações para ordenar a visitação em Unidades de Conservação de modo que, segundo o mesmo, garanta a conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, a sustentabilidade do turismo.

O primeiro capítulo do documento diz respeito aos Princípios para a Visitação em Unidades de Conservação, os quais pretendem propiciar um sentido lógico, harmonioso e coerente às atividades de visitação em UC. Estes princípios, de acordo com os autores, são as estruturas fundamentais para que as políticas, diretrizes, normas e regulamentações sejam melhor desenvolvidas e aplicadas (MMA, 2006). São eles:

- a) O planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação.

- b) A visitação é instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na Unidade de Conservação.
- c) A visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às Unidades de Conservação.
- d) As atividades de visitação possíveis de serem desenvolvidas em Unidades de Conservação devem estar previstas em seus respectivos instrumentos de planejamento.
- e) O desenvolvimento das atividades de visitação requer a existência de infraestrutura mínima, conforme previsto nos instrumentos de planejamento da Unidade de Conservação.
- f) A visitação é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.
- g) A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação em Unidades de Conservação.
- h) A visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.
- i) O planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.
- j) A visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento.
- k) O planejamento e a gestão da visitação devem considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como: visitação individual, visitação em grupos espontâneos, visitação em grupos organizados de forma não comercial e visitação organizada comercialmente, entre outras.

De acordo com o primeiro dos Princípios para Visitação em Unidades de Conservação, do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006), a gestão da visitação deve ocorrer de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação. Quando essas unidades não possuem plano de manejo, a visitação deve cumprir com os objetivos da categoria

do SNUC. No caso do Parque Estadual do Rio da Onça, a visitação pública só é permitida por meio de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e ecoturismo, visto que o mesmo encontra-se categorizado como Parque, que pertence ao grupo das Unidades de Proteção Integral (MMA, 2006).

A inexistência do plano de manejo tem sido uma das principais dificuldades enfrentadas pelas Unidades de Conservação do Brasil no desenvolvimento do turismo, fato esse que dificulta a gestão da área e, conseqüentemente, a correta visitação. O plano de manejo é um documento de suma importância, uma vez que o mesmo tem como função regulamentar, definir e delimitar o uso adequado em zonas específicas e criar normas para essa utilização (COSTA, 2002).

No que se refere ao segundo princípio, para que a visitação seja realmente um instrumento de aproximação da sociedade e da natureza, independente da atividade praticada na Unidade de Conservação, faz-se necessária que esta visitação seja planejada, de modo que permita ao visitante sensibilizar-se em relação à importância da localidade visitada como também da necessidade de conservá-la.

Embora o terceiro princípio tenha como objetivo democratizar a visitação, muitas Unidades de Conservação restringem o acesso aos visitantes devido aos altos valores das taxas de visitação ou por falta de infra-estrutura adequada para atender pessoas portadoras de necessidades especiais. Além disso, segundo o último princípio, a visitação deve considerar as diversas formas de organização da visitação, tais como: visitação individual, em grupos espontâneos, grupos organizados de forma não comercial, grupos organizados de forma comercial, entre outras (MMA, 2006).

Ainda segundo os Princípios para Visitação em Unidades de Conservação, para se desenvolver a atividade de visitação, faz-se necessária à existência de uma infra-estrutura mínima para o atendimento do visitante, uma vez que a Unidade de Conservação deve buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes, bem como satisfazer as expectativas dos mesmos no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências vividas, segurança e necessidades de conhecimento.

É de responsabilidade dos gestores da Unidade de Conservação “compreender a diversidade de expectativas dos visitantes, procurando atendê-las com um amplo leque de estratégias de manejo que maximizem a variedade de oportunidades oferecidas” (MMA, 2006). Segundo Hammitt & Cole (1998), faz-se

necessário conhecer os padrões da visitação e as expectativas e percepções do visitante, visando adequar as práticas de manejo ao tipo de uso e ao perfil do visitante que a área recebe.

Os capítulos seguintes do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006), dizem respeito às Diretrizes para os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação, como segue:

- Diretrizes Gerais:
 1. Buscar a integração das políticas e dos procedimentos de planejamento e gestão da visitação nas Unidades de Conservação.
 2. Prever a atualização dos instrumentos de planejamento e demais instrumentos normativos da UC, visando o aprimoramento das atividades de visitação.
 3. Incentivar a realização de expedições de caráter técnico, visando o levantamento de subsídios para o planejamento e gestão da visitação na UC.
 4. Considerar o zoneamento da unidade, os resultados de pesquisas científicas e o monitoramento dos impactos e dos fatores objetivos de risco para definir restrições à visitação.
 5. Promover a capacitação continuada da equipe gestora no que diz respeito às técnicas de manejo da visitação, monitoramento de impactos, manutenção de trilhas, técnicas de mínimo impacto em áreas naturais, atendimento ao público, entre outras.
 6. Desenvolver e implementar ações para a gestão da visitação a fim de assegurar que os usos e as atividades realizadas na UC sejam condizentes com as normas específicas para cada área e que os impactos negativos sobre os recursos sejam minimizados.
 7. Conhecer e adotar diversas técnicas de manejo e procedimentos de monitoramento dos impactos da visitação, visando à minimização dos efeitos negativos e a maximização dos efeitos positivos.
 8. Estabelecer, quando necessário, um sistema de agendamento da visitação para evitar o excesso de visitantes em determinadas áreas.
 9. Estabelecer um sistema de registro de visitantes e realizar pesquisas periódicas para identificar o perfil, a opinião e a satisfação dos visitantes com relação às oportunidades de visitação oferecidas nas Unidades de Conservação.

10. Buscar o estabelecimento de infra-estrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação, considerando que algumas atividades podem ser realizadas mesmo com um mínimo de equipamento e infra-estrutura, como trilhas pré-existentes, e informação sobre percurso.
11. Avaliar criteriosamente a utilização de veículos motorizados, como também a realização de sobrevôos e demais atividades que possam causar distúrbio ou perturbar o ambiente local.
12. Desenvolver mecanismos eficientes para a disposição e o tratamento dos resíduos sólidos provenientes da visitação.
13. Incentivar o serviço voluntário nas Unidades de Conservação, visando à contribuição da sociedade nas atividades de apoio ao manejo e gestão da visitação nas UC.
14. Promover e fortalecer a participação e a co-responsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, incluindo comunidade local, entidades representativas dos praticantes de atividades recreativas, operadores de turismo, associações locais, entre outros.
15. Incentivar a discussão de aspectos da visitação pública no âmbito dos conselhos gestores das Unidades de Conservação.
16. Considerar as potencialidades e vocações do entorno das Unidades de Conservação no planejamento e gestão da visitação.
17. Promover parcerias com instituições do governo, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e de instituições de ensino e pesquisa para alcançar os objetivos de manejo e a adequada visitação nas UC.
18. Estabelecer o monitoramento dos indicadores vinculados à satisfação dos visitantes, tais como: aglomerações/encontros de grupos, conservação do ambiente, ruídos e segurança, conflito de uso entre diferentes usuários, número de infrações, entre outras.
19. Estabelecer regras claras de visitação, fundamentadas em estratégias de manejo reconhecidas e comunicá-las de forma eficiente e abrangente.
20. Compreender a diversidade de expectativas dos visitantes, procurando atendê-las com um amplo leque de estratégias de manejo que maximizem a variedade de oportunidades oferecidas.

21. Disponibilizar informações para o visitante antes e durante a visita à Unidade de Conservação, para que os mesmos possam prevenir acidentes, minimizar impactos ambientais e culturais e maximizar a qualidade de sua experiência.
22. Divulgar e estimular a adoção dos princípios do Programa de Conduta Consciente em Ambientes Naturais do Ministério do Meio Ambiente e outras iniciativas de promoção de condutas responsáveis.

Tendo em vista que cabe aos órgãos gestores de Unidades de Conservação a tarefa de compatibilizar ações que visem atingir objetivos distintos nas UCs, tais como a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento de atividades recreativas, a educação e a interpretação ambiental, segundo Takahashi, “é essencial desenvolver estudos sobre as características dos visitantes e os tipos de usos que estes dão às áreas visitadas, além dos impactos que esses usos provocam” (2004, p.22 - 23). Nesse sentido, as diretrizes gerais voltadas aos órgãos gestores de Unidades de Conservação vêm auxiliar os mesmos no desenvolvimento dessas ações.

- Diretrizes para a Interpretação Ambiental
1. Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.
 2. Utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental, como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.
 3. Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.
 4. Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.
 5. Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.
 6. Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

A interpretação ambiental é um dos objetivos das Unidades de Conservação e as diretrizes voltadas à mesma têm o intuito de orientar aos órgãos gestores de como ofertar a mesma durante a visitação, assegurando que a mesma tenha uma linguagem acessível aos diferentes tipos de visitantes, visando também que a mesma venha a ser um instrumento de minimização de impactos ecológicos e culturais negativos.

- Diretrizes para Participação das Comunidades Locais e Populações tradicionais na gestão da visitação em Unidades de Conservação

1. Promover iniciativas que encorajem o entendimento mútuo, o respeito e a sensibilidade cultural entre a comunidade local, os visitantes e os gestores.
2. Estimular a manutenção das tradições e práticas culturais da comunidade que estejam em harmonia com os objetivos de manejo da UC.
3. Promover a pactuação dos interesses e demandas da população local e comunidades tradicionais, procurando estabelecer a co-responsabilidade e ações conjuntas, de acordo com os objetivos específicos da UC.
4. Desenvolver campanhas de informação, sensibilização e educação ambiental que possa aproximar a população local da UC e despertar sentimentos de respeito e responsabilidade frente à área.
5. Apoiar a capacitação das comunidades locais e populações tradicionais a fim de promover a sua participação no planejamento e gestão da visitação.

- Diretrizes para Integrar a Visitação ao desenvolvimento local e regional

1. Promover estudos visando à avaliação dos impactos sociais, culturais e econômicos decorrentes das atividades de visitação na unidade.
2. Apoiar a promoção do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.
3. Participar das iniciativas que visam à promoção do turismo sustentável nas UC e suas áreas de influências.
4. Participar das discussões sobre as políticas e planos de desenvolvimento do turismo em âmbito local e regional.
5. Apoiar a capacitação da sociedade local e regional para a sua participação efetiva nas atividades econômicas relacionadas com a visitação na Unidade de Conservação.

6. Participar das discussões sobre a divulgação e promoção da visitação nas UC com os órgãos públicos competentes e com a iniciativa privada .
7. Estimular o estabelecimento de infra-estrutura de transporte, hospedagem e alimentação na área de influência da UC, considerando a importância do desenvolvimento do turismo como vetor de desenvolvimento local e regional.
8. Incentivar, sempre que possível, o aumento do período de permanência dos visitantes da região e, dessa forma, propiciar maiores oportunidades para conhecer os atrativos e incrementar o consumo de serviços locais.
9. Participar das iniciativas que visam à criação e à implementação de roteiros e produtos turísticos integrados que envolvam a visitação nas UC e também em outros atrativos da região.
10. Incentivar que produtos e serviços como lembranças, artesanatos e, alimentação sejam produzidos localmente, considerando os benefícios que os insumos desses produtos podem trazer para região.
11. Contribuir para a implantação do manejo sustentável de recursos naturais utilizados na produção de artesanato.

- Diretrizes para atividades realizadas por portadores de necessidades especiais

1. Observar e atender à legislação e às normas específicas para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.
2. Considerar no planejamento e gestão da visitação nas UC, quando viável e aplicável, a realização da igualdade de oportunidades, que diz respeito ao processo mediante o qual serviços, atividades, informação e documentação são postos à disposição de todos.
3. Assegurar que arquitetos, engenheiros civis e outros profissionais responsáveis pela concepção e construção de empreendimentos incluam em seus projetos e obras as intervenções necessárias para garantir a acessibilidade.
4. Consultar as organizações de pessoas portadoras de necessidades especiais durante a elaboração de padrões e normas de acessibilidade, desenvolvendo atividades e projetos específicos para este público.

- Diretrizes para prestação de serviços de apoio à visitação

1. Considerar diferentes modalidades de prestação de serviços públicos: concessão, permissão e autorização, entre outras, no desenvolvimento das atividades de visitação.
2. Observar os seguintes princípios durante o processo de concessão, permissão e autorização de serviços:
 - a) generalidade – atender a todos os usuários, indistintamente;
 - b) permanência – constância da prestação de serviços;
 - c) eficiência – prestação de serviços satisfatórios (quantitativo e qualitativo);
 - d) modicidade – preços justos, ao alcance dos usuários;
 - e) cortesia – bom tratamento do público;
3. Observar e adotar a legislação existente sobre concessão, permissão e autorização para prestação de serviços públicos.
4. Adotar a concessão de serviços como uma alternativa para a prestação de serviços de qualidade aos visitantes.
5. Avaliar criteriosamente os serviços e facilidades que devem ser disponibilizados por meio da concessão, permissão e autorização de serviços e pagamentos de taxas diferenciadas.
6. Considerar a experiência da iniciativa privada durante a avaliação da viabilidade técnica e econômica das atividades de visitação da UC.
7. Adotar alternativas de credenciamento e regulamentação dos prestadores de serviços turísticos dentro da UC (monitores, guias, operadores e agentes de viagem, entre outros), considerando os instrumentos legais elaborados pelos órgãos responsáveis pelo credenciamento desses profissionais.
8. Estabelecer critérios ambientais, culturais, econômicos e sociais que deverão ser seguidos pelos prestadores de serviços e incorporados nos termos de referência e demais instrumentos legais para a sua contratação.
9. Estimular o estabelecimento de critérios de responsabilidade social para que as empresas concessionárias promovam a contratação de produtos e serviços locais.
10. Exigir das instituições prestadoras de serviços o uso de equipamentos e técnicas compatíveis com as normas vigentes.
11. Garantir, por meio dos instrumentos legais, que os prestadores de serviços estabeleçam planos de gestão do risco e sejam co-responsáveis pelos procedimentos a serem adotados em casos de emergência.

12. Estabelecer um programa de monitoramento dos impactos ambientais da atividade desenvolvida pela prestadora de serviços.
13. Analisar criteriosamente os prazos para a prestação de serviços como forma de fomentar o caráter competitivo e a prestação de serviços de qualidade, além de evitar o monopólio na prestação dos mesmos.
14. Assegurar que os prestadores de serviços promovam a Unidade de Conservação, seu potencial e o entendimento de sua função e objetivos.
15. Assegurar que todos os produtos comercializados tenham um padrão e uma linguagem capazes de transmitir ao usuário a identidade da UC.
16. Assegurar o cumprimento da legislação vigente, das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outros regulamentos específicos por parte das instituições contratadas.
17. Estimular a realização de pesquisas sobre a satisfação dos visitantes com relação aos serviços prestados.

- Diretrizes para a condução de visitantes

1. Requerer que todos os condutores, monitores e guias sejam devidamente cadastrados nas UC onde atuarão. Esse cadastro contemplará aqueles que realizaram cursos de capacitação e de formação para condutores, monitores ou guias reconhecidos pelos órgãos gestores.
2. Adotar critérios objetivos e tecnicamente justificáveis para avaliar a necessidade ou não de acompanhamento de condutores, monitores e guias, considerando particularidades como: fragilidade do local, segurança do visitante, variedade de público e suas respectivas demandas e experiências, dificuldade técnica de determinada atividade, necessidade ou não de equipamentos específicos para realização da atividade.
3. Disponibilizar, de forma direta ou sob forma de concessão, serviço de condução de visitantes, sempre que este seja considerado obrigatório.
4. Considerar que os condutores, monitores e guias devem desempenhar um importante papel na experiência do visitante, proporcionando um incremento educativo e interpretativo durante a visita.

5. Estimular que a capacitação de condutores, monitores e guias, seja realizada continuamente. O conhecimento e as técnicas de manejo da visita devem ser atualizadas e recicladas sempre que necessário.
6. Incentivar que os condutores, monitores e guias, adotem as normas técnicas de competência pessoal definidas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
7. Estabelecer, em parceria com as entidades de classe correspondentes, um sistema de avaliação e desempenho dos condutores e visitantes, com vistas à qualificação e adequação dos serviços oferecidos.
8. Estabelecer, em parceria com as entidades de classe correspondentes, um sistema de participação de condutores e guias no processo de monitoramento dos impactos da visita.

- Diretrizes para a segurança durante a visita

1. Identificar os riscos possíveis à segurança e à saúde dos visitantes e à proteção dos recursos da unidade, colocando em prática normas, códigos, padrões e princípios vigentes que deverão ser observados e adotados pelos atores envolvidos com a visita.
2. Buscar diminuir a probabilidade da ocorrência de sinistros de qualquer tipo que estejam vinculados à visita, considerando que toda atividade em ambientes naturais apresenta riscos intrínsecos.
3. Implementar medidas de segurança, incluindo fechamento de áreas, vigilância, instalação de placas de advertência e outras formas de prevenção, sempre quando necessário e condizentes com os objetivos da área.
4. Assegurar qualidade e condições de equipamentos e infra-estrutura disponíveis na unidade, tais como: trilhas, sinalização, edificações, guarda-corpo, entre outras.
5. Estabelecer um cadastro de acidentes como forma de avaliar a causa do evento e implementar medidas preventivas.
6. Elaborar um plano de operações emergenciais (contingenciamento de risco) para assegurar uma resposta eficaz contra os principais tipos de emergência,

considerando as particularidades das atividades realizadas e com potência de realização nas UC.

7. Elaborar documento contendo todas as recomendações necessárias à segurança do visitante e que informe os riscos inerentes a cada local e atividade de visitação, podendo condicionar a prática desta atividade ao preenchimento e assinatura de um termo de conhecimento de risco.
8. Informar as características das atividades permitidas na UC de forma que o usuário possa escolher aquela com a qual mais se identifica, de acordo com suas habilidades, experiências e equipamentos.
9. Disponibilizar informações que estimulem a auto-segurança, orientando os visitantes para o fato de que a melhor prática de segurança é a prevenção e o planejamento.
10. Estabelecer mecanismos para a contratação de seguros contra acidentes pessoais para os visitantes em UC.
11. Considerar que os acidentes podem estar associados a fatores relacionados ao comportamento dos visitantes, como a negligência em relação à segurança, o não-cumprimento de regulamentos para visitar a área, a ausência de equipamentos recomendados para a atividade, entre outros.
12. Trabalhar de forma cooperativa com outras instituições para proporcionar um ambiente seguro para os visitantes e funcionários, buscando estabelecer acordos de cooperação, treinamento e mecanismos de comunicação com outros departamentos do governo, grupos de busca e salvamento governamentais e não-governamentais, entidades representativas de visitantes, operadores turísticos, prestadores de serviços, entre outras.
13. Estimular a criação de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento.

Entre as necessidades na busca do manejo adequado do uso público em Unidades de Conservação está o conhecimento sobre os diversos tipos de visitantes, seus desejos e suas necessidades para confrontá-los com o plano de manejo do parque, seu zoneamento e respectivas categorias de uso, compatibilizando-os (BARROS, 2003).

Esta análise muitas vezes requer um documento específico denominado “Plano de Uso Público”, uma importante ferramenta de planejamento, cujo enfoque atual, segundo Jesus 2002 (*apud* BARROS, 2003), busca mecanismos para a

incorporação de estratégias e diretrizes que abordem as atividades de visitação nas Unidades de Conservação de forma contemporânea.

É de responsabilidade dos órgãos gestores de Unidades de Conservação elaborar o programa de uso público, considerando o zoneamento, monitoramento de impactos ambientais, fatores de risco, entre outros, para definir as restrições e sistema de agendamento quanto à visitação, bem como estabelecer procedimentos de monitoramento de impactos da visitação, visando minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos (MMA, 2006).

De acordo com MMA (2006), a recreação consiste em atividades de lazer praticadas ao ar livre, em ambientes que preservam suas características naturais intactas. Estas atividades possuem características especiais que as diferenciam das atividades urbanas, tais como a necessidade de áreas extensas onde o ambiente natural seja protegido; auxiliem no desenvolvimento do caráter do praticante, estimulando o respeito à natureza, entre outras.

Como consequência dessas características, a restrição às atividades que possam ser desenvolvidas ou que possuam limitações para sua prática podem causar frustração diante as expectativas do visitante. O não cumprimento das expectativas tem efeito direto em relação à qualidade da experiência do visitante.

De acordo com as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, também cabe aos gestores de Unidades de Conservação disponibilizar informações antes e durante a visita à UCs, visando à prevenção de acidentes, a minimização dos impactos ambientais e culturais, bem como maximizar a qualidade de sua experiência (MMA, 2006). Para este fim, faz-se necessário por parte dos mesmos promover a capacitação continuada da equipe gestora, com o intuito de melhorar as técnicas de manejo da visitação, auxiliar no monitoramento de impactos, manutenção das trilhas, auxiliar no atendimento aos visitantes, entre outros (MMA, 2006).

O documento em questão aborda nas Diretrizes para a Interpretação Ambiental, que deve ser adotada pelos gestores como forma de maximizar a qualidade da experiência do visitante dentro da unidade de conservação, utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental estimulando o mesmo a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita em uma experiência enriquecedora e agradável (MMA, 2006). Ainda sobre as diretrizes, faz-se necessário “desenvolver instrumentos

interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local”, utilizando uma linguagem acessível aos diferentes grupos de visitantes, de modo a fortalecer a compreensão sobre a importância da unidade de conservação e seu papel no desenvolvimento econômico, cultural e ambiental (MMA, 2006. p. 18).

Os últimos capítulos do documento dizem respeito às Diretrizes para atividades específicas. Este capítulo apresenta algumas diretrizes mencionadas abaixo, específicas para as atividades de visitação mais frequentes e demandadas nas Unidades de Conservação, no caso do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, a realização de caminhadas. Vale ressaltar que a dinâmica atual sinaliza o desenvolvimento e o aumento na demanda por outras modalidades de atividades em ambientes naturais. As diretrizes e recomendações apresentadas neste documento devem ser adaptadas para orientar a condução dessas novas atividades (MMA, 2006).

1. CAMINHADA

1.1. Considerar a abertura de trilhas e o estabelecimento das mesmas no planejamento geral do sistema de acesso à UC.

1.2. Analisar criteriosamente o estabelecimento de trilhas em locais ambiental e culturalmente sensíveis.

1.3. Considerar a abertura de novas trilhas quando houver necessidade de realocação de uma trilha já existente, ou em caso de abertura ou redefinição de uma área de visitação, para evitar ou minimizar danos ambientais e promover a segurança do público.

1.4. Considerar, para as atividades de visitação, a utilização, quando possível, de trilhas e caminhos já existentes para outros fins, como circulação da equipe de fiscalização ou aceiros.

1.5. Considerar as diferentes modalidades e categorias de caminhadas existentes (percursos de um dia, percursos com pernoite, travessias, entre outros).

1.6. Analisar a possibilidade de implantação de abrigos ou áreas de acampamento para dar suporte às travessias e caminhadas com possibilidade de pernoite.

1.7. Elaborar projetos específicos para a construção ou recuperação das trilhas e estruturá-las de acordo com seus objetivos e considerando os seguintes aspectos: mínimo impacto sobre os recursos naturais, recursos disponíveis, necessidades dos usuários, critérios para a manutenção.

1.8. Sinalizar e estruturar as trilhas de forma que os visitantes sejam induzidos a continuar no traçado e, desta forma, evitar abrir atalhos e desvios que aumentam o impacto na área.

1.9. Informar aos visitantes sobre as trilhas abertas à visitação e suas características principais (distância, duração aproximada, pontos de apoio/descanso, declividade, pontos de água, etc).

1.10. Estabelecer instrumentos de cooperação técnica com instituições representativas dos praticantes de atividades recreativas, para a implantação e manutenção de trilhas de caminhada, de acordo com os instrumentos planejamento.

As Unidades de Conservação devem estar preparadas para adotar modelos de uso público que valorizem o ambiente e qualidade da experiência humana. Segundo Magro (2003) as atividades turísticas são vistas como uma grande oportunidade para a sustentabilidade econômica das UC brasileiras. Contudo, faz-se necessário reconhecer que esta atividade pode vir a representar uma ameaça para a preservação do ambiente caso não seja conduzido de forma adequada.

Baseando se nas responsabilidades das Unidades de Conservação em relação à visitação, cabe aos gestores das mesmas desenvolverem mecanismos para levantamento de subsídios para o planejamento da visitação, visando oferecer a máxima satisfação ao visitante de acordo com o perfil do mesmo.

2.3. A evolução na implantação das Unidades de Conservação no Paraná

O Paraná é um estado privilegiado em relação à biodiversidade, ocorrendo em nosso território variados ecossistemas, desde a Floresta Atlântica do litoral e

Serra do Mar², Restingas, Brejos Litorâneos, Mata Nebular e Campos de Altitude³, até as várzeas do Rio Paraná, passando pela Floresta com Araucária, Floresta Pluvial, Campos e remanescentes de Cerrado (SETU, 2001).

Além disso, o Paraná possui a maior e melhor conservada porção de Mata Atlântica do Brasil, onde a diversidade de formas de vida é tão grande que é considerada como um dos refúgios de biodiversidade mais importantes do mundo. Uma outra expressão da grande biodiversidade no Paraná é a sua fauna, com poucos paralelos em riqueza e variedade no Brasil, abrigando diversos animais ameaçados de extinção (SETU, 2001).

A criação de um Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Paraná é muito recente, porém os esforços institucionais nesta área remontam aos meados da corrente década. Hoje, o órgão responsável pela gestão ambiental no estado do Paraná é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, a gestão das Unidades de Conservação está sob a responsabilidade da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP, responsável pela execução e planejamento de Unidades de Conservação, através do Departamento de Unidades de Conservação – DUC.

No estado do Paraná, de acordo com informações do Departamento de Unidades de Conservação – DUC, verifica-se a existência de 62 Unidades de Conservação, sendo que 40 estão inseridas no grupo de proteção integral e 22 no grupo de uso sustentável. Além das UCs estaduais, o Paraná ainda conta com 10 Ucs federais, totalizando assim 72 áreas naturais protegidas. As UCs estaduais, distribuídas segundo o ecossistema que protegem, apresentam-se da seguinte forma:

- Unidades de Proteção Integral: Floresta Ombrófila Densa – 12 unidades – 51.947,53 ha – 0,26%; Floresta Ombrófila Mista – 18 unidades – 13.945,36 ha – 0,07 %; Floresta Estacional Semi-decidual – 10 unidades – 4.412,98 ha – 0,02 %.
- Unidades de Uso Sustentável: Floresta Ombrófila Densa – 4 unidades – 458.445 ha – 2,29 %; Floresta Ombrófila Mista – 14 unidades – 737.372,08 ha – 3,69%; Floresta Estacional Semi-decidual – 4 unidades – 349,26 ha – 0,0017%.

² E os ecossistemas associados ao litoral, como os manguezais.

³ Nas partes mais elevadas da serra.

Segundo JACOBS (1997), até o ano de 1996, foram instituídas no âmbito estadual cerca de 51 áreas protegidas, e destas, apenas 21 possuíam informações de manejo e 30 eram áreas efetivamente protegidas, ou seja, de proteção integral. Hoje, das 62 Unidades de Conservação, apenas 36 apresentam plano de manejo ou estão em fase de desenvolvimento do mesmo. Contudo, este número representa pouco mais de 50% do total, restando ainda um grande número de áreas naturais protegidas sem o devido planejamento do uso público, bem como das estratégias para a conservação das mesmas.

De acordo com informações da Secretaria do Meio Ambiente (2003), no ano de 2002, o Governo do Estado ampliou os Parques Estaduais de Campinhos (localizado nos municípios de Tunas do Paraná e Cerro Azul) e de Vila Velha (localizado em Ponta Grossa), além de criar quatro novos Parques: Pico Paraná (entre os municípios de Campina Grande do Sul e Antonina), Serra da Baitaca (entre os municípios de Piraquara e Quatro Barras), José Wachowicz (localizado no município de Araucária) e Ilha do Mel (pertencente ao município de Pontal do Paraná).

A criação destas unidades, juntamente com a ampliação dos outros dois parques, ampliam as áreas protegidas em cerca de 8.654,65 ha, aumentando assim em 0,04% de áreas com Unidades de Conservação do Estado.

Com o intuito de aproveitar o patrimônio natural destas áreas, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Turismo em Áreas Naturais (GTITAN), vem discutindo o turismo existente no estado do Paraná, em busca de caminhos e maneiras para se chegar a um objetivo comum: desenvolver a atividade de modo a promover o crescimento e a melhoria da qualidade de vida ao mesmo tempo em que conserva os recursos naturais e culturais da região.

Neste sentido, foram criados dois documentos com a finalidade de orientar as ações de turismo no Estado, através da proposição de áreas prioritárias para o desenvolvimento do Turismo em Áreas Naturais, bem com as Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná.

Nas áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação, foram definidos planos regionais, de acordo com unidades de paisagens, bem como a potencialidade turística da localidade onde a mesma se encontra, visando o fortalecimento da vocação turística existente na região.

Inicialmente foram definidas 6 áreas prioritárias para o desenvolvimento dos planos regionais, sendo elas: Costa Oeste; Campos Gerais; Serra do Mar / Litoral; Vale do Iguaçu; Costa Norte; e Região Metropolitana de Curitiba.

A área prioritária Serra do Mar / Litoral foi escolhida por ser está uma região consolidada turisticamente, uma vez que as estatísticas estaduais apontam para uma demanda de mais de 1,5 milhão de visitantes nos meses de verão, nos últimos três anos (SETU, 2001). Esta demanda refere-se ao turismo de balneário, ou turismo de sol e mar, com aproveitamento parcial dos atrativos existentes na região, entre estes as Unidades de Conservação.

A melhoria dos equipamentos e da infra-estrutura nas localidades pouco freqüentadas tais como, a Serra do Mar, as Unidades de Conservação e as principais baías e ilhas do litoral, podem atrair novos segmentos de demanda (SETU, 2001).

Nesse sentido, o Governo do Estado visa promover o desenvolvimento do Turismo nas Unidades de Conservação da região, visto que o aproveitamento destas áreas para a atividade turística vem consolidar o litoral paranaense como um forte destino turístico com uma maior diversidade de produtos a serem oferecidos, além de contribuir para a conservação do patrimônio natural e cultural tanto por parte dos visitantes como pela própria comunidade local.

Visando a conservação das áreas naturais, as *Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná* estabeleceu cinco estratégias de ação com o intuito de facilitar o processo de implantação do programa Turismo em Áreas Naturais, as quais são: planejamento e implantação, gestão integrada, normatização, informação e promoção da educação (SETU, 2001).

Na estratégia de planejamento e implantação, uma das ações diz respeito à estruturação das Unidades de Conservação, por meio da realização do plano de manejo, criação de fundo para administrar as receitas, promover a regularização fundiária das áreas visitáveis, viabilizar concessões e terceirizar serviços, visando fornecer os subsídios necessários para a utilização dessas áreas para a visitação turística (SETU, 2000).

No que se refere à gestão integrada, as principais ações visam a promoção e manutenção de mecanismos de controle e fiscalização do turismo em áreas naturais, apoiar e exigir a viabilização de planos de gestão participativa e monitoramento ambiental de áreas naturais visitadas, criar instrumentos para dotar os órgãos

fiscalizadores de meios de atuação no turismo em áreas naturais e definir sistema eficiente de cobrança de ingressos e serviços em UCs públicas, considerando a população local e os setores do mercado envolvidos (SETU, 2000).

Além da fiscalização da atividade turística em áreas naturais, visando à conservação dos recursos naturais, a estratégia de normatização traz ações, tais como: sistematizar e divulgar a estrutura legal existente e a ser estabelecida relativa ao turismo em áreas naturais, definir as normas e certificações necessárias para as atividades relativas ao turismo em áreas naturais, criar formas de cadastro e controle para acompanhamento das atividades do turismo em áreas naturais desenvolvidas no Paraná e incentivar a criação de um sistema auto-regulador na iniciativa privada, com a participação do consumidor e dos órgãos públicos fiscalizadores (SETU, 2000).

Além disso, a estratégia de informação vem contribuir para a conservação por meio da divulgação de informações sobre o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, bem como as normas e procedimentos para o desenvolvimento da atividade, inventário dos recursos naturais do Estado, e promover a divulgação dos princípios da sustentabilidade.

A estratégia de promoção da educação, além de contribuir para a conservação dos recursos por meio da inclusão de conteúdos sobre a preservação/conservação de recursos naturais, valores culturais e sustentabilidade nos currículos escolares, ela vem auxiliar na qualidade da experiência do visitante, por meio da promoção da capacitação profissional dos recursos humanos.

2.4. A satisfação do visitante em Unidades de Conservação

Em virtude da grande quantidade de opções de produtos e destinos turísticos, como também da facilidade de acesso à informação, a qualidade dos serviços tem sido fator determinante para proporcionar a satisfação do visitante. Segundo Barsky e Labagh (1992, p.32), o maior desafio da última década tem sido melhorar a satisfação dos consumidores e, como meio utilizado para isso, a oferta de bens e serviços de alta qualidade têm sido a estratégia utilizada, no que compete às necessidades dos consumidores.

Segundo Martins (2006, p. 119), no que se refere às destinações turísticas, a literatura de turismo, assim como as literaturas de gestão e negócios, marketing e comportamento do consumidor, tem destacado que a qualidade de serviços na destinação tem muito mais importância no que se refere a proporcionar satisfação aos visitantes.

Ainda segundo Martins (2006), proporcionar a satisfação do visitante melhora a rentabilidade da destinação, uma vez que o visitante satisfeito provavelmente recomendará a mesma para familiares, amigos e colegas de trabalho, proporcionando assim uma divulgação sem custos.

De acordo com Weber (1997, p.35-45), vários estudos têm abordado de forma direta ou indireta a satisfação do consumidor no contexto do turismo, contudo existem poucos estudos com enfoque na satisfação do visitante em relação à área de destinação, assim como literaturas a esse respeito.

Vale salientar que as principais pesquisas sobre a satisfação do visitante em destinações turísticas utilizaram alguns conceitos teóricos importantes da área de marketing, tais como: Swan e Combs (1976), abordando a instrumental performance e expressiva performance de produtos; Martilla e James (1977) na análise importância-performance; Pizam, Neumann, Reichel (1978) abordando a satisfação do turista com a destinação, utilizando-se dos estudos de Swan e Combs, Oliver (1980) com a teoria da expectativa e desconfirmação; Pearce (1980) com seu estudo sobre a satisfação do turista em relação ao contato intercultural com a comunidade anfitriã; Woodruff, Cadotte, Jenkins (1983), sobre a satisfação do consumidor, fazendo uso de experiências fundamentadas em normas; Hayhood e Muller (1988), fazendo uso do estudo anterior, desenvolveram um modelo para mensurar a satisfação do consumidor fazendo uso de experiências fundamentadas em normas.

Outros estudos também foram desenvolvidos a partir da década de 1990, tais como: Hughes (1991) escreveu sobre a satisfação em turismo, baseando seu estudo em um tour guiado, por meio da avaliação da empresa de turismo e do tour como um todo. Em outra pesquisa, Hughes (1991) fez a ligação de sua abordagem anterior com a teoria da adequação ambiental do turista, fundamentada na preferência e expectativa do consumidor; Geva e Goldman (1991) Também avaliaram a satisfação do turista em um tour guiado, contudo, fundamentaram sua pesquisa no estudo de Martilla e James (1977); Pizam e Milman (1993) utilizaram a base teórica de Oliver

(1980) para trabalhar com o conceito de primeira visita. Este estudo teve por objetivo testar a aplicabilidade das proposições de Oliver.

Nesses estudos realizados sobre satisfação dos visitantes não tiveram seu enfoque relacionado à Unidades de Conservação, nem a um único atrativo, mas sim a grandes destinações turísticas com um conjunto de atrativos.

O estudo realizado por Danaher e Arweiler, 1996 (*apud* MARTINS, 2006) "*Customer Satisfaction in Tourist Industry: A Case Study of Visitors to New Zealand*", tem como abordagem a análise dos caminhos para medir a satisfação do consumidor e os fatores que influenciam a satisfação dos mesmos no turismo da Nova Zelândia, ou seja, os autores escolheram mensurar a satisfação dos turistas com o produto turístico da Nova Zelândia por meio dos bens e serviços primários (transporte, acomodação, atividades ao ar livre e atrações) e os sub-componentes relacionados a eles.

Para isso, foram aplicados questionários abordando os quatro componentes primários e seus sub-componentes e, em seguida eram questionados se estavam satisfeitos ou não, na totalidade das férias, passadas na Nova Zelândia, e se recomendariam essa destinação para familiares e amigos.

Nos resultados obtidos neste estudo, foi verificado que o fator de influência para a indicação da Nova Zelândia como destinação turística para familiares e amigos foram às atividades realizadas ao ar livre. Interessante observar também que na análise da satisfação total, a acomodação, as atividades ao ar livre e as atrações foram os quesitos mais citados como determinantes para a satisfação dos turistas em relação à destinação.

Vale salientar que no desenvolvimento dessa pesquisa, os autores não se basearam em nenhuma teoria específica do marketing, mas se ampararam em instrumentos de marketing para realizar a mensuração da satisfação dos turistas na destinação turística da Nova Zelândia.

O estudo da satisfação do visitante no PERO baseia-se no estudo realizado por Danaher e Arweiler, utilizando-se primeiramente da análise de satisfação dos caminhos, ou seja, da oferta de infra-estrutura, informações, recursos naturais e segurança e, em um segundo momento, analisar a satisfação total do visitante na experiência de visitação nessa Unidade de Conservação.

Em relação à decisão do indivíduo em considerar-se satisfeito ou não com determinada viagem ou lugar afirma Walter (*apud* CAMPOS, 2006) que a:

“Satisfação ou insatisfação em relação a uma determinada viagem depende, é claro, da percepção do viajante. Expectativa, experiência e memória têm a ver com a realidade da mente, inatingíveis e imateriais, que não deixam os porquês das viagens visíveis, palpáveis ou verificáveis nem as razões pelas quais uma mesma viagem pode ser vivida de tantas maneiras diferentes” (Ibid., p. 5).

Considerando a afirmação anterior, observa-se que a percepção do visitante é fator fundamental para determinar a satisfação ou a insatisfação do mesmo. Nesse sentido, para a realização da pesquisa, faz-se necessário partir da percepção do visitante em relação à qualidade dos bens e serviços relacionados com o PERO para poder analisar o grau de satisfação dos visitantes em relação ao mesmo.

A percepção do visitante diz respeito a um julgamento de valor sobre o que é considerado adequado ou aceitável pelo mesmo, de acordo com as expectativas que ele tem sobre o local visitado, além de outros fatores como, experiências anteriores em áreas naturais, informações prévias, entre outros (STANKEY, 1973).

Segundo Martins (2006), o grau de tolerância pode estar relacionado com os seguintes aspectos: a qualidade do serviço prestado; a experiência do turista; e o nível educacional do turista que lhe permite perceber a qualidade do serviço prestado. O mesmo autor ressalta que as expectativas e percepções estão relacionadas com as características de personalidade e experiência de cada visitante, podendo-se dizer que quanto maior a experiência do turista, maior será a sua expectativa e, conseqüentemente, maior será a capacidade de perceber a qualidade dos serviços a ele prestados.

De acordo com Manning 1986 (*apud* TAKAHASHI, 2004), poucos estudos têm sido realizados sobre a percepção dos visitantes em relação aos impactos causados pelo uso recreativo e, nesses trabalhos, foi verificado que a percepção dos visitantes geralmente é limitada.

Nos Estados Unidos da América, os estudos sobre as experiências e o comportamento do visitante se deram por volta do final da década de 1970 e início da década de 1980, quando foi priorizada frente aos estudos sobre o uso recreativo e os usuários em áreas naturais protegidas tornaram-se cada vez mais escassos até quase desaparecerem por volta de 1980, devido à limitação orçamentária (TAKAHASHI, 1998).

No Brasil, os estudos sobre o uso público em Unidades de Conservação têm se concentrado, principalmente, nos efeitos do uso sobre os recursos naturais, como os trabalhos de Passold (2002) em sua dissertação de mestrado, pela Universidade de São Paulo, sobre “Seleção de indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais”, Magro (1999) em sua tese de doutorado, pela Universidade de São Paulo, sobre “Impactos do Uso Público em uma trilha no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia”, Robim (1999) em sua tese de doutorado, pela Universidade Federal de São Carlos, sobre “Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta e Takahashi (1998) em sua tese de doutorado, pela Universidade Federal do Paraná, sobre “Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em unidades de conservação do Estado do Paraná”. Mais recentemente Barros (2003), em sua dissertação de mestrado sobre “Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia”, aprofundou o estudo incorporando aspectos ligados ao comportamento dos visitantes e os efeitos sobre o ambiente natural ao investigar a relação entre o conhecimento dos usuários com os efeitos do uso em trilhas e áreas de acampamento no Parque Nacional do Itatiaia.

Segundo Santos 1996 (*apud* KATAOKA, 2004), no estudo das relações entre ser humano e o ambiente, a investigação da percepção contribui para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, possibilitando uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior, com os conhecimentos do exterior, enquanto instrumento educativo e agente transformador.

Um fator de influência sobre a percepção da qualidade da experiência do visitante é a presença de outros visitantes nas proximidades. O número excessivo de visitantes em uma mesma área, bem como o encontro entre grupos pode causar uma sensação de multidão, prejudicando a qualidade da experiência, visto que esta proximidade com outros visitantes pode interferir nos objetivos de relaxamento dos mesmos (TAKAHASHI, 2004).

A qualidade da experiência dos visitantes depende não só de bons atrativos, mas também da boa recepção, atendimento e das informações que o mesmo irá receber. Os turistas procuram ter experiências bem estruturadas, que os entretenha, informe e acrescente lembranças positivas de sua viagem de férias.

Obter informações sobre os usuários, compreender suas características, bem como do uso recreativo, são pré-requisitos de fundamental importância para preparar planos de manejo concretos (TAKAHASHI, 1998). De acordo com Roggenbuk & Lucas (1987) conhecer as características dos visitantes auxilia os administradores, políticos e pesquisadores a compreender o comportamento dos usuários, possibilitando a melhoria na qualidade da experiência dos visitantes.

De acordo com Maroti e Santos 1997 (*apud* KATAOKA, 2004), uma das dificuldades para a proteção dos ecossistemas naturais está na existência de diferença nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas no plano social desse ambiente.

Nesse sentido, a percepção do visitante, muitas vezes, é diferente da percepção dos administradores das UCs, fator este preocupante, principalmente no manejo de áreas naturais.

Partindo do pressuposto que as pessoas que visitam Unidades de Conservação da Natureza são praticantes atuais ou potenciais do ecoturismo e que o simples contato com a natureza seja o suficiente para que o mesmo descubra por si só os seus atrativos e, por sua vez, satisfaça suas necessidades, muitas UCs não têm dado a devida atenção aos seus visitantes no que se refere a qualidade das informações sobre o lugar, sua fauna e flora, cultura local, entre outros, bem com a qualidade dos serviços prestados.

De acordo com Murta (1998, p. 9) “Há muito a fazer entre nós para otimizar a experiência da visita: estimular o olhar, provocar a curiosidade e levar o turista a descobrir toda a magia do lugar”. No caso da interpretação do patrimônio natural, estimular o olhar é de fundamental importância para que o visitante possa distinguir a diversidade de fauna existente, bem como apreciar a singularidade de cada espécie ali encontrada.

Para melhorar a qualidade da experiência dos visitantes e, conseqüentemente aumentar a satisfação do visitante, faz-se necessários elaborar o planejamento do programa de visitação com ações efetivas que satisfaçam as expectativas que os mesmos venham a ter sobre a UCs, por meio de estudos sobre a características dos visitantes, bem como sobre a percepção dos mesmos sobre a qualidade da experiência. Nesse sentido, esta pesquisa vem contribuir com informações para a

realização de um futuro plano de visitação no PERO, visando à satisfação do visitante e a conservação dos recursos.

O capítulo seguinte diz respeito à Caracterização da área de estudo, abrangendo a ocupação do litoral paranaense, o município de Matinhos/PR e o Parque Estadual do Rio da Onça/PR, objeto deste estudo.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

No capítulo anterior foi apresentado o Referencial Teórico que tratou sobre o turismo (visitação) em áreas naturais, a visitação turística em Unidades de Conservação, a evolução das Unidades de Conservação no Paraná e a satisfação do visitante em Unidades de Conservação. Neste capítulo será apresentada a Caracterização da área de estudo, que trata sobre a ocupação do litoral paranaense, o município de Matinhos/PR e o Parque Estadual do Rio da Onça/PR, objeto deste estudo.

3.1. A ocupação do Litoral Paranaense

A ocupação portuguesa iniciou pelo litoral e subindo para o primeiro planalto do Estado, com o objetivo de encontrar metais preciosos e escravizar a população indígena (BALHANA, 1969). O atual território do Estado do Paraná incluía-se nas Capitânicas de São Vicente e de Santo Amaro, que sob o domínio de Gabriel de Lara, logo após constituir uma capitania quase autônoma (de Paranaguá), passou a pertencer a Capitania de São Paulo em 1711 (FIGUEIREDO, 1954).

A motivação que levou ao povoamento do litoral e, mais tarde do planalto paranaense foi à descoberta de ouro nos rios que descem a Serra do Mar e nos rios Assungui e Ribeira. A esperança de encontrar riqueza atraiu moradores para a região, elevando Paranaguá à categoria de Vila e deu início aos primeiros sítios em Curitiba. (FERREIRA, 1996).

A colonização da área onde encontra-se hoje o município de Matinhos teve início em meados do século XIX, quando os índios carijós habitavam toda a região litorânea do Paraná. Descoberto pelo francês Augusto de Saint Hilaire, em 1820, sua

primeira denominação foi Matinho, devido ao nome de um rio existente no município. (DUC/IAP, 1998).

Foi a partir da construção da estrada do mar, que ligava o município de Paranaguá a Praia de Leste (Município de Pontal do Paraná), que diversas famílias, principalmente de origem alemã, fixaram-se no município, inclusive a de Augusto Blitzkow, que foi responsável pelo plano de urbanização do Balneário de Caiobá.

A atividade turística desenvolvida em zonas costeiras caracteriza-se pela procura de praias, ou seja, turismo de sol e mar. O início da ocupação turística das praias do litoral do Estado do Paraná esteve condicionada principalmente pela facilidade de acesso e pela beleza cênica da paisagem, preferencialmente em locais onde havia morros junto à costa, que proporcionavam praias mais protegidas da ação das ondas do que as praias em mar aberto. Um exemplo claro desta procura são os balneários de Matinhos, Caiobá (balneário mais procurado do município de Matinhos) e Guaratuba (ÂNGULO & ARAUJO, 1996).

Já na segunda metade do século XX, a costa paranaense foi praticamente toda ocupada pela atividade turística, ocorrendo com pouco ou nenhum planejamento, com exceções de algumas praias nas ilhas do Superagui, das Peças e do Mel, cuja ocupação foi dificultada pelas precárias ou inexistentes vias de acesso, como também pelas restrições impostas pela legislação ambiental a partir da década de 1980 (ÂNGULO, 1993).

Hoje, pode-se considerar que a atividade turística nas áreas costeiras do Estado do Paraná está praticamente consolidada em toda sua extensão. Os espaços ainda não ocupados correspondem às áreas de proteção ambiental, em sua maioria criadas pelo decreto estadual 2722 de 14 de março de 1984, que definiu o uso do solo urbano no litoral paranaense. Porém, a urbanização do litoral paranaense continua crescendo, avançando para o interior da planície costeira, chegando, em algumas áreas, às encostas da Serra do Mar.

A ocupação e urbanização das ilhas acima citadas ainda estão sendo controladas devido às restrições ambientais, tais como a Estação Ecológica e o Parque Estadual da Ilha do Mel e o Parque Nacional do Superagui, que abrange também a Ilha das Peças. Porém, devido à falta de contingente e de recursos para a fiscalização destas áreas, alguns locais já estão sendo invadidos por construções irregulares.

A especulação imobiliária nas áreas excluídas das áreas de proteção ambiental tem crescido dia a dia, tem feito aumentar o número de construções nestas áreas, bem como tem ocorrido de forma significativa a substituição de residências de moradores por casas de veraneio.

3.2. O município de Matinhos/PR

Localizado no litoral paranaense, a 110km da capital, o município de Matinhos possui uma área de 215 Km² abrangendo 36 balneários, sendo eles: Jardim Monções, Arco Íris, Céu Azul, Corais, Jussara, Iracema, Lages, Caravela, Costa Azul, Guaciara, Albatroz, Porto Fino, Currais, Jamail Mar, Perequê, Ipacaraí, Betaras, Solimar, Marajó, Gaivotas, Jardim Inajá, Ferroviários, Saint Etienne, Flórida, Praia Grande, Riviera I, II e III, Flamingo, Caiobá, Tabuleiro, Sertãozinho, Palmeiras, Vila Municipal, Bom Retiro, Rio da Onça, (Zona Rural) e Cambará (Zona Rural).

Matinhos foi elevado a categoria de Distrito pertencente ao município de Paranaguá em 27 de Janeiro de 1951 e, à categoria de Município em 12 de Junho de 1967, desmembrando-se de Paranaguá. Devido à data de emancipação do município, Matinhos é chamado de “Namoradinha do Paraná”. (IAP, 1998).

O município possui uma grande quantidade de atrativos naturais, entre eles nove rios (da Draga, Matinhos, da Onça, Canal da Lagoa Amarela, Novo, Cambará, Indaial, Cachoeirinha, do Meio), oito morros (do Boi, Batatal, Taguá, Cabaraquara, Escalvado, Bico Torto, Pedra Branca e Canela), além da Ilha do Farol, também conhecida como Ilha da Tartaruga, e dos Rochedos de Itacolomi.

O município ainda possui uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual do Rio da Onça, que conserva não somente a vegetação de Floresta Atlântica, mas também remanescentes de Mata de Restinga, antigamente predominante na região.

O principal atrativo turístico do município são as praias, devido ao grande número de balneários com praias de características diferentes entre si. Porém, mesmo apresentando uma grande diversidade de atrativos turísticos, o município não possui nenhum tipo de planejamento da atividade, fato que ocasiona diversas

falhas no que se refere à infra-estrutura básica e de apoio, além da infra-estrutura turística.

Por este motivo, as discussões sobre o desenvolvimento do turismo no litoral são freqüentes, porém o poder público pouco ou nada tem feito para melhorar a situação precária da atividade, uma vez que, mesmo com todas as deficiências, o número de turistas não diminui nos meses de alta estação.

Quanto à iniciativa privada, também não se percebe nenhuma movimentação para a melhoria da atividade, nem para proporcionar mais bem estar aos seus visitantes, ao contrário, a cada ano a qualidade dos serviços tem diminuído gradativamente.

3.3. Localização e breve caracterização biofísica e da estrutura de visitação do Parque Estadual do Rio da Onça

Localizado na planície litorânea, praticamente ao nível do mar e distante apenas 400m da praia, a oeste do Balneário Riviera, o Parque possui uma área de 118,5 há. Suas coordenadas geográficas são: 25° 45' e 25° 50' de latitude sul e 48° 30' e 48° 35' de longitude oeste. (IAP, 1998).

Criado pelo Decreto nº 3.825 de 04 de Junho de 1981, assinado pelo Governador Ney Braga, o Parque foi implantado somente em 1998, baseando-se em uma proposta de Plano de Manejo.

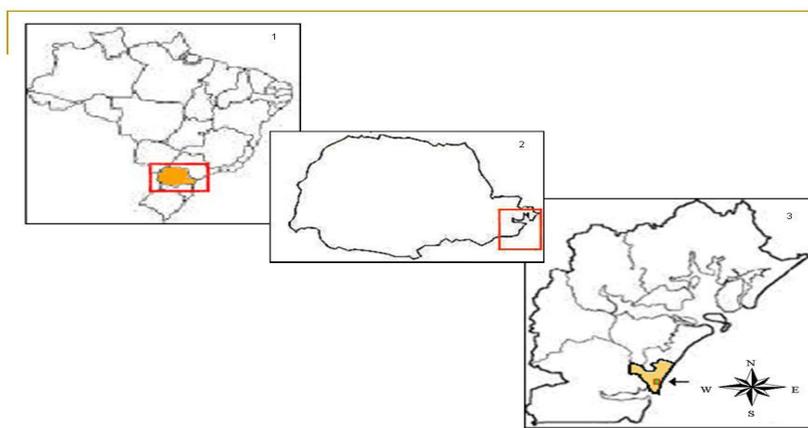


FIGURA 1: Localização do Parque Estadual do Rio da Onça na planície litorânea, sendo: 1 – no país, 2 – no estado do Paraná e 3 – no município de Matinhos.

Fonte: SONEHARA, 2005, adaptado pela pesquisadora.



FIGURA 2: Localização do Parque Estadual do Rio da Onça no município de Matinhos – Escala 1:25.000.

Fonte: SEMA, 2006.

Segundo o folclore local, dizia-se que na Mata do Rio da Onça havia um lobisomem que aparecia na forma de um cachorro que geralmente fugia das pessoas, mas se fosse perseguido, se transformava e atacava seu perseguidor. Outros achavam que a mata era habitada por maus espíritos.

Antes da criação do Parque, a área era utilizada por moradores da região para fazerem suas roças, com isso praticamente toda a vegetação original foi afetada (IAP, 1998).

Devido a sua localização, o Parque Estadual do Rio da Onça abrange um grande porção de planície litorânea onde pode-se observar a transição entre as acumulações arenosas consolidadas e distribuídas ao longo da linha litorânea e os solos orgânicos mais interiorizados.

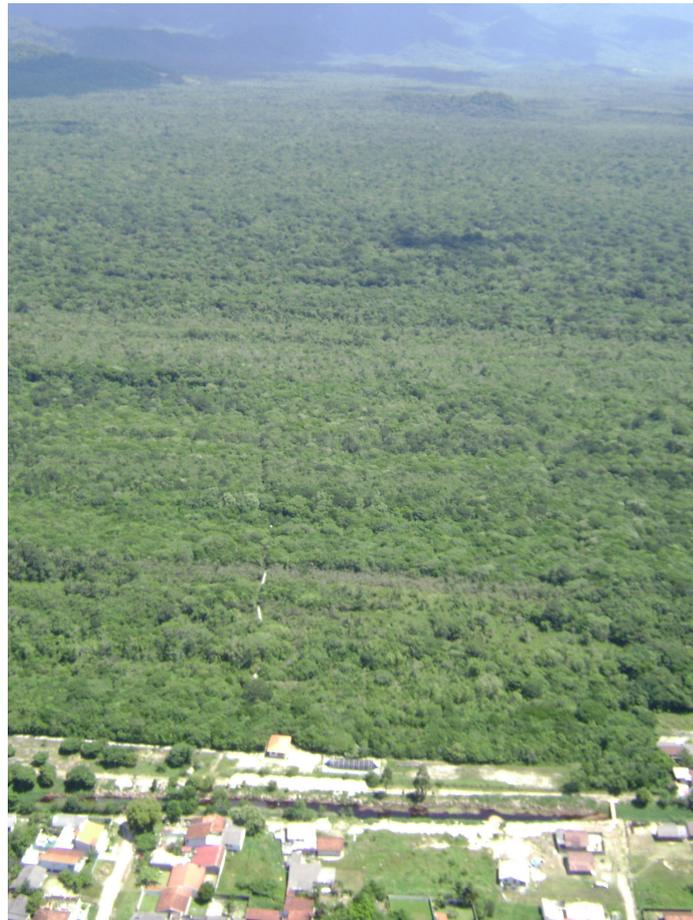


FIGURA 3: Foto Aérea do PERO.

Fonte: André Ricardo Alves Watanabe.

Sua vegetação é remanescente a Floresta Ombrófila Densa intercalada com áreas de Formações Pioneiras, representadas por Caxetais, com Gramíneas, Brejos e Restinga. Essas formações pioneiras são resultantes das linhas de acumulação arenosa depositada pelo mar durante seu recuo no período quaternário recente. (IAP, 1998).

As formações de Restinga, também alteradas pelo uso anterior, apresentam-se mais recuperadas.

As Formações Pioneiras ocupam aproximadamente 35% da área do Parque, alternando-se entre o Caxetal e a Restinga em linhas paralelas ao litoral. O Caxetal, integralmente alterado, apresenta-se em condições diferenciadas quanto à idade, porte e densidade da vegetação devido a cortes ocorridos no passado. (IAP, 1998).

Por ser área de planície, seu relevo caracteriza-se pela simplicidade de suas formas. É plano com algumas áreas de depressões. A área é cortada por um pequeno córrego denominado Rio da Onça, o qual lhe confere o nome.

O clima tem como característica a amenidade, variando a temperatura mínima acima de 17º e a máxima de 27ºC. A precipitação média anual varia entre 2000 e 3000mm e a umidade relativa superior a 85%.

A fauna presente na área do Parque é muito diversificada, apresentando espécies como gambás, cachorro do mato, lagartos, pequenos roedores como preás, tatus, gato do mato, veados, além de obras como a Coral e a Jararacuçu, além de uma grande diversidade de pássaros. (IAP, 1998).

O Parque conta com um centro de visitantes, equipado com auditório com capacidade para 50 pessoas, além de sanitários para atender os visitantes. Seu horário de funcionamento é de terça-feira a domingo, das nove horas às onze horas e trinta minutos, e das quatorze horas às dezessete horas e trinta minutos.



FIGURA 4: Centro de Visitantes do PERO.

Fonte: Adriano Luis Alves Watanabe.

No centro de visitantes ocorrem palestras e cursos oferecidos à comunidade, porém não há nenhum tipo de palestra aos turistas que visitam o parque. Somente quando há visita agendada, se solicitado com antecedência, o parque disponibiliza uma palestra introdutória antes do grupo iniciar as trilhas.

Partindo do centro de visitantes, são 1567m de percurso, dividido em cinco trilhas, como mostra a Figura 5. As trilhas são sinalizadas, equipadas com pontes suspensas, locais para descanso, bem como mobiliário (bancos, e lixeiras) para melhor atender o visitante.



FIGURA 5: Placa com mapa de visitação do PERO.

Fonte: Adriano Luis Alves Watanabe.

O percurso inicia na Trilha Grande, que liga o Centro de Visitantes à Trilha Simione, possui 237m. A trilha Simione tem 280m de comprimento e liga a Trilha Grande com a Trilha do Barro, passando pela saída da Trilha do Grinho. Em seu percurso, o visitante irá passar por três pontes suspensas: Ponte do Lagarto, Ponte da Capivara, que passa sobre o Rio Tiririca Seco, e a Ponte Saracura (IAP, 1998)..

A Trilha do Barro, com 450m, liga a Trilha Simione à Trilha Temática. Em seu percurso há a Ponte do Quati, uma ponte suspensa que transpõe o Rio Preto. A Trilha Temática, com 180m de extensão, liga a Trilha do Barro à Trilha do Grinho. Nela localiza-se o Mirante das Bromélias, uma armação suspensa que permite ao visitante observar as diversas variedades de bromélias existentes no Parque desde as rasteiras, às que se localizam na copa das árvores. Além do mirante, há uma Ponte chamada Setenta que transpõe o Rio Preto (IAP, 1998).

A última trilha é a do Grinho, com 420m, liga a Trilha Temática à Trilha Simione, que retorna ao Centro de Visitantes. As visitas são auto-guiadas, porém há

uma equipe de voluntários que auxiliam no monitoramento das trilhas, quando as mesmas são agendadas com antecedência (IAP, 1998).

O viveiro de Plantas, administrado em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, produz muda de plantas nativas que são distribuídas à comunidade e aos visitantes. As visitas ao viveiro devem ser agendadas com antecedência, pois só pode ser realizada com monitoramento.

Devido à administração em do PERO ser uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Matinhos, os funcionários que atuam diretamente no Parque são cedidos pela Prefeitura, sendo subordinados ao IAP. Hoje o parque conta com uma Gerente, com Ensino Superior Completo em Pedagogia, um Auxiliar Administrativo, com Ensino Médio Completo, uma Auxiliar de Serviços Gerais, com Ensino Fundamental Completo, e um Veterinário que apesar de ter que atender aos animais silvestres, sua formação é voltada para o atendimento de animais domésticos de médio e grande porte, como mostra a Figura 6.

Até o ano de primeiro semestre de 2007, o Parque também contava com um Biólogo em seu quadro de funcionários, responsável pela produção de mudas no viveiro de plantas. Sua saída se deu porque o mesmo passou em um Concurso Público Federal.

Os funcionários do parque organizam seu horário de trabalho por meio de escala. Durante o período da pesquisa, foram raras às vezes em que todos os funcionários se encontravam no parque no mesmo dia e horário.

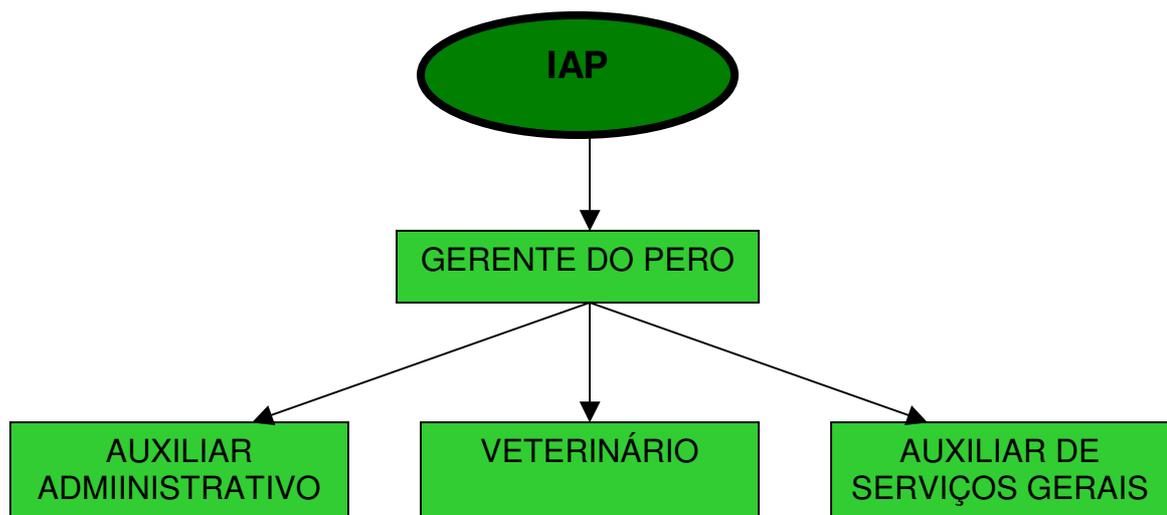


FIGURA 6: Organograma hierárquico dos funcionários do PERO.

Fonte: Autora.

Segundo informações obtidas em conversas com os funcionários, os cursos de capacitação ofertados pelo IAP são realizados apenas pela gerente do Parque. Os demais funcionários participam de cursos ofertados dentro das dependências do parque, os quais são voltados à comunidade. Estes cursos são geralmente organizados por OGS em parceria com a Prefeitura Municipal, tais como: Agricultura Orgânica, Jardinagem, Educação Ambiental, entre outros.

Toda a infra-estrutura construída no Parque, como as trilhas, centro de visitantes, pontes, entre outros, foram realizados utilizando-se de áreas onde já havia alteração ambiental antes da criação do mesmo, para evitar novos impactos negativos.

Embora as áreas utilizadas atualmente sejam locais onde já havia alterações ambientais anteriores, as ações de manejo realizadas no Parque são determinadas pela gerente, contudo, não segue nenhum documento orientador para tal fim. Também não há nenhum plano de mínimo impacto para abertura de novas trilhas. No ano de 2007, a Trilha Grande teve seu percurso alterado, sendo fechado o trecho que era acessado pela entrada do parque e foi aberta uma nova trilha que inicia no Centro de Visitantes. A justificativa para tal alteração foi a de obter maior controle da entrada dos visitantes no parque, mas não foi realizado nenhum estudo para a abertura desta nova trilha.

Um fato importante sobre o PERO é que não há gerenciamento de resíduos, assim como coleta seletiva. O lixo produzido pelo Parque é recolhido pela Prefeitura Municipal pelo mesmo coletor de lixo residencial do balneário.

A área de entorno é composta por residências de moradores e veranistas que, de acordo com informações adquiridas com a gerente do parque, possuem um “bom relacionamento” com o parque. Também segundo a gerencia, não houve registro de nenhum tipo de invasão na área do Parque.



FIGURA 7: Vista aérea da região de entorno do PERO.

Fonte: André Ricardo Alves Watanabe.

Os moradores e veranistas costumam levar para o parque animais silvestres e domésticos por eles encontrados, os quais são atendidos pelo veterinário. Os animais domésticos são encaminhados a uma clínica veterinária e os animais silvestres ficam nas dependências do parque até sua recuperação ou óbito.

O capítulo seguinte diz respeito à Metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, abrangendo os procedimentos metodológicos, tais como o dimensionamento da amostra e o processamento e análise dos dados.

4. METODOLOGIA

No capítulo anterior, foi apresentada a Caracterização da área de estudo, que abordou a ocupação do litoral paranaense, o município de Matinhos/PR e o Parque Estadual do Rio da Onça/PR, objeto deste estudo.

Neste capítulo, será apresentada a Metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, e que trata dos procedimentos metodológicos, tais como o dimensionamento da amostra, processamento e análise dos dados.

4.1 Método da pesquisa

O estudo em questão foi realizado através de pesquisa empírica, que segundo ANDRADE é “dedicada a codificar a face mensurável da realidade”. (2002. P. 18), neste caso o Parque Estadual do Rio da Onça. Segundo BOULLÖN (2002. p.80) “a melhor forma de determinar um espaço turístico é recorrermos aos métodos empíricos, por meio do qual podemos observar a distribuição territorial dos atrativos e do empreendimento...”, no caso do PERO, determinar sua representatividade ante os demais espaços turísticos naturais do município de Matinhos/PR, e a qualidade de seus atrativos e serviços.

A pesquisa tem caráter quantitativo no que se refere ao tratamento estatístico dos dados coletados a campo e também qualitativo no que se refere à avaliação dos conteúdos destes dados. Segundo Richardson (1999, p79) “o aspecto qualitativo de uma informação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos”. Contudo, o autor destaca que o caráter qualitativo de uma pesquisa pode ficar comprometida caso os dados sejam transformados em informações quantificáveis que primem pela exatidão.

Em relação aos objetivos da pesquisa, a abordagem é de caráter exploratório, dada a necessidade de se obter maiores informações sobre o objeto de estudo, utilizando-se ainda uma abordagem descritiva de caso, que segundo a OMT (2005), “é apropriada para pesquisas de valores, motivações, imagens,...” , utilizada para descrever situações de mercado a partir de dados primários.

Para tanto, fez-se a pesquisa documental em órgãos públicos, como o Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, Paraná Turismo, Biblioteca Pública do Paraná, Universidade Federal do Paraná, além de consultas a relatórios e demais documentos existentes sobre o Parque Estadual do Rio da Onça, levantando aspectos geográficos, naturais e humanos relacionados à localidade estudada, assim como a atividade turística desenvolvida na mesma.

4.2 Procedimentos metodológicos

4.2.1 Dimensionamento da amostra

O estudo de campo foi realizado por amostragem com turistas em visita ao Parque Estadual do Rio da Onça/PR. Segundo Dencker (2001) “quanto maior a variação do tipo de indivíduos envolvidos, maior tende a ser a representatividade da amostra nas pesquisas qualitativas”, por este motivo, percebe-se a necessidade de considerar não apenas os turistas em visita aos balneários próximos ao Parque, mas também aos que estão hospedados em balneários mais distantes do mesmo.

Considerando o grau de dificuldade da pesquisa, optou-se em realizar a contagem nos meses de férias de verão, devido ao maior fluxo de turistas. Observou-se que, de fato, o fluxo de visitantes aumenta nos meses de verão, sendo que o mês de janeiro apresenta maior fluxo de pessoas.

O tipo de amostra foi intencional não probabilística (GIL, 1991), visto que não havia à disposição os dados necessários para sua determinação estatística, ou seja, tanto o PERO quanto o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) não possuíam registros sobre o número de visitantes do parque até a data da em que foi realizada a pesquisa. Entretanto, para assegurar a representatividade do estudo, foram estabelecidos critérios para a seleção dos entrevistados: entrevistar os que passassem pelo centro e percorressem todas as trilhas, permanecendo um mínimo de cinquenta minutos nas dependências do parque. Considerando este critério, foram entrevistados cento e vinte (120) visitantes.

O público participante da entrevista foram os visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, situado no Balneário Riviera II, município de Matinhos. As informações foram obtidas junto aos visitantes, por meio de questionamentos

realizados em duas etapas: quando o visitante chegava ao parque; e após o mesmo passar pelo centro de visitantes e percorrer as trilhas.

A coleta foi realizada “in loco”, uma vez que a avaliação das condições de infra-estrutura, segurança e o grau de satisfação da experiência da visita necessitam da vivência da visita das áreas do parque.

Quanto ao instrumento de pesquisa, adotou-se o questionário semi-estruturado⁴(Apêndice 1) com questões abertas e fechadas aos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR no mês de janeiro e fevereiro⁵. Segundo informações do Parque, ocorrem cerca de 500 visitas/mês em média nos meses de férias de verão, no caso dezembro, janeiro e fevereiro. A contagem dos visitantes, no período de Dezembro/2006, Janeiro/2007 e Fevereiro/2007, foi feita por meio dos dados de controle de visitantes do Parque. As entrevistas foram realizadas, pessoalmente pela autora dentro da Unidade de Conservação.

4.2.2 Processamento e análise dos dados

O processamento estatístico dos dados seguiu a ordem dos dados fornecidos pelo parque e a seqüência do formulário da entrevista: contagem dos visitantes nos meses de dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007; meio de transporte utilizado para chegar ao parque; identificação do visitante; características sócio-econômicas e a avaliação das preferências.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a estatística descritiva, uma vez que a mesma permite conhecer as características de populações específicas, no caso os visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, como também analisar erros e acertos observados no passado para estabelecer políticas de correção ou mesmo potencializar estratégias de futuro (OMT, 2005).

Nesse sentido, pretende-se observar os erros e acertos nas ações realizadas para atender a visita no parque em questão, com o intuito de fornecer informações que contribuam para a elaboração de medidas de correção, bem como

⁴ A escolha pela aplicação de questionário por meio de entrevista teve o intuito de evitar que os indivíduos pesquisados apresentassem dificuldades de leitura e/ou compreensão das questões expostas.

⁵ O período para pesquisa foi escolhido por ser o período de maior fluxo de visitantes durante o ano.

incrementar estratégias de futuro, ou seja, potencializar ações que venham contribuir com a qualidade da visitação e com a conservação dos recursos do parque.

Adotou-se o método SWOT⁶ para a análise dos dados, com o intuito de descrever os principais pontos fracos e ameaças para a realização da visitação turística no Parque Estadual do Rio da Onça/PR, bem como os principais pontos fortes e oportunidades para o turismo, segundo a satisfação dos visitantes.

A palavra SWOT é uma sigla de origem inglesa que diz respeito às *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (KOTLER, P, 1994).

A análise SWOT é realizada em duas partes: a avaliação das oportunidades e ameaças, que diz respeito ao ambiente externo à organização e à avaliação dos pontos fortes e pontos fracos, referentes ao ambiente interno à organização, no caso, o Parque Estadual do Rio da Onça/PR. As ameaças e oportunidades são fatores externos à organização, ou seja, fogem do controle direto, contudo pode-se monitorá-los para aproveitar ao máximo as oportunidades e tentar evitar as possíveis ameaças (KOTLER, P, 1994). A avaliação do ambiente externo costuma ser dividida em duas partes:

- Fatores macroambientais – questões referentes à demografia, legislação, economia, entre outros;
- Fatores microambientais – questões referentes ao perfil do consumidor, organizações congêneres, parcerias, tendências mercadológicas, entre outros.

A análise do ambiente externo deve ser constante, uma vez que o mesmo é muito dinâmico e está em constante alteração. Deve-se considerar não somente as alternativas de cenário construídas por meio do que está sendo sinalizado nas pesquisas, mas também a probabilidade de que o cenário se concretize.

Os pontos fortes e fracos, ou o ambiente interno à organização, são o resultado de ações diretas da mesma, podendo ser controladas diretamente por meio de estratégias que maximizem os pontos fortes e minimizem os fracos (KOTLER, P, 1994). Para isso, faz-se necessário o monitoramento de variáveis que influenciem o desempenho da organização, no caso desta pesquisa, considera-se a

⁶ SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.*(KOTLER, P, 1994).

satisfação dos visitantes, qualidade no atendimento, capacidade estrutural de atendimento, entre outros.

Após a definição das variáveis a serem monitoradas, as mesmas devem ser analisadas quanto à importância em relação aos objetivos da organização, para facilitar a tomada de decisão em relação às prioridades de ações a serem tomadas para a melhoria da organização.

A análise do cruzamento de dados entre os pontos fortes e fracos com as oportunidades e ameaças auxilia na construção de cenários que vão definir as estratégias para aproveitar ao máximo as oportunidades, ressaltando os pontos fortes, como também formas de evitar as ameaças, quando possível, e a minimização dos pontos fracos.

A análise dos pontos fortes e fracos, referentes aos fatores internos, por serem questões de percepção, são geralmente identificadas por meio de pesquisa com público. Neste caso, foi realizada por meio de pesquisa com os visitantes do parque, a qual também auxiliou na análise das ameaças e oportunidades. Por se tratarem de fatores externos, foi realizada de acordo com a preferência de visita do parque, por parte dos visitantes, em relação aos demais atrativos naturais do município.

A partir da sistematização e do diagnóstico preliminar obtido através da utilização do método SWOT, os resultados foram analisados à luz do documento *Diretriz para Visitação em Unidades de Conservação* do MMA (2006), uma vez que o mesmo apresenta os princípios para a visita em Unidades de Conservação, buscando a excelência na qualidade dos serviços ofertados aos visitantes, bem como a sua satisfação e segurança e oferta de informações durante a visita, além da conservação dos recursos naturais.

O capítulo seguinte diz respeito aos resultados e discussões desta pesquisa, abrangendo a contagem, identificação, faixa etária, perfil sócio-econômico dos visitantes e meios de transporte utilizados para chegar ao parque, como também as características da visita e a avaliação da experiência vivida no Parque Estadual do Rio da Onça/PR.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No capítulo anterior foi apresentada a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, que tratou sobre os procedimentos metodológicos, tais como o dimensionamento da amostra e o processamento e análise dos dados.

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e discussões desta pesquisa, abordando a contagem, identificação, faixa etária, perfil sócio-econômico dos visitantes e meios de transporte utilizados para chegar ao Parque, como também as características da visita e a avaliação da experiência vivida no Parque Estadual do Rio da Onça/PR, como também os aspectos relevantes ao parque e a análise SWOT das condições de uso público do PERO, à luz do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006).

5.1. Contagem e identificação dos visitantes e meios de transporte utilizado

Durante a realização deste trabalho, a administração do parque registrou no mês de dezembro, cento e noventa e cinco (195) visitantes, aumentando o fluxo no mês de janeiro, com mil e dezesseis (1016) visitantes, baixando o fluxo para quinhentos e quarenta e quatro (544) visitantes em fevereiro. Nesse período, verificou-se que, independente das condições climáticas, a variação do número de visitantes é insipiente⁷. Em relação à contagem, foram anotados a origem, faixa etária e o meio de transporte utilizado para chegar ao parque.

Entre as cidades de origem dos visitantes, do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, observado no Gráfico 1, Curitiba destaca-se das demais cidades, exceto no mês de dezembro de 2006, quando atingiu apenas 14,28% de representatividade entre os visitantes. Contudo, no mês de janeiro, os visitantes oriundos de Curitiba,

⁷ A pesquisa foi realizada no mês de Janeiro/2007, nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e no mês de Fevereiro/2007 nos dias 17, 18, 19 e 20. Nos dias 24, 25 e 26 de janeiro, o dia estava ensolarado e quente, com temperatura variando entre 25°C e 30°C. Nos dias 27 e 28 de janeiro o céu estava nublado com temperatura amena, variando entre 20°C e 26°C. O dia 17 de fevereiro estava com céu parcialmente nublado com temperatura amena, variando entre 22°C e 29°C. Nos dias 18, 19 e 20 o céu estava nublado ocorrendo pancadas de chuva freqüentes. A temperatura variou entre os 20°C e 26°C.

assim como no estudo realizado por Junior (2006) no Parque Estadual da Ilha do Mel/PR (PEIM), representaram a maior parte dos visitantes, neste estudo a soma foi de 41,86% do total de visitantes do parque e no mês de fevereiro 55,44%.

O segundo maior fluxo de visitantes foi das pessoas procedentes do interior do Estado, que também, com exceção do mês de dezembro de 2006, onde somaram apenas 29,29%, nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 tiveram maior representatividade que os visitantes das demais localidades, somando respectivamente 21,61% e 18,14%. Já no estudo realizado por Junior (2006), os visitantes do interior do estado não tiveram muita representatividade entre os visitantes do Parque Estadual da Ilha do Mel/PR, representando apenas 5,4% dos entrevistados.

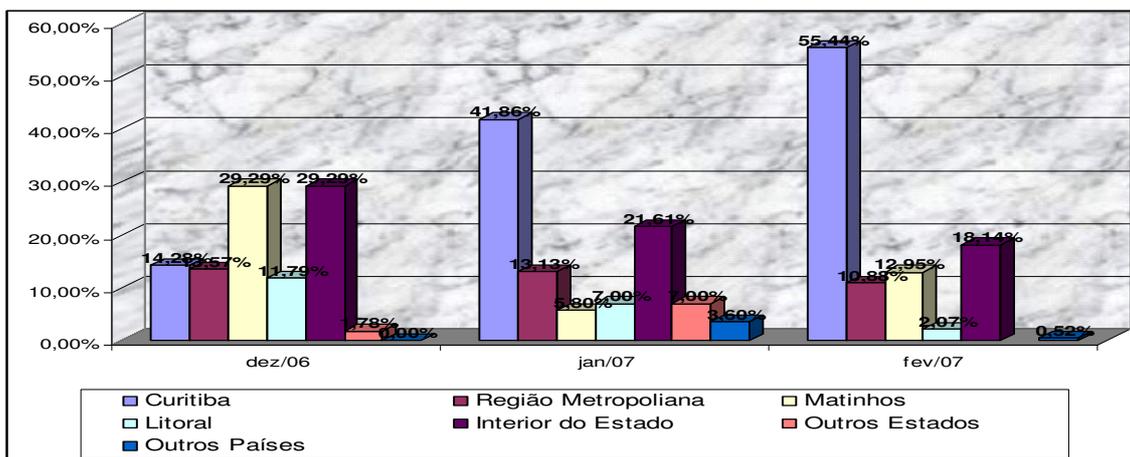


GRÁFICO 1: Frequência em (%) da origem dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR

FONTE: Gerência do Parque Estadual do Rio da Onça/PR (2007)

Foi verificado também que os visitantes vindos do próprio município, bem como os provenientes dos municípios vizinhos, tiveram pouca representatividade nos meses de verão. Segundo informações obtidas com a gerência do parque, os moradores de Matinhos e demais cidades do litoral que visitam o parque são, em sua maioria, alunos de escolas públicas que realizam aulas de educação ambiental utilizando as dependências do Parque.

Considerando o constatado na pesquisa de Takahashi (1987; 1998) e Coutinho (1999), em que se verificava que o visitante de uma Unidade de Conservação provém, na sua maioria, de localidades próximas da mesma, no que se

refere ao Parque Estadual do Rio da Onça/PR, não se pode considerar as cidades de origem dos visitantes, uma vez que os mesmos viajam para o município de Matinhos/PR para passar o período de férias e, a visita ao parque é consequência desta visita à cidade. Neste estudo, verificou-se que o padrão de proximidade se dá pelo balneário em que o visitante está hospedado, como mostra o Gráfico 2.

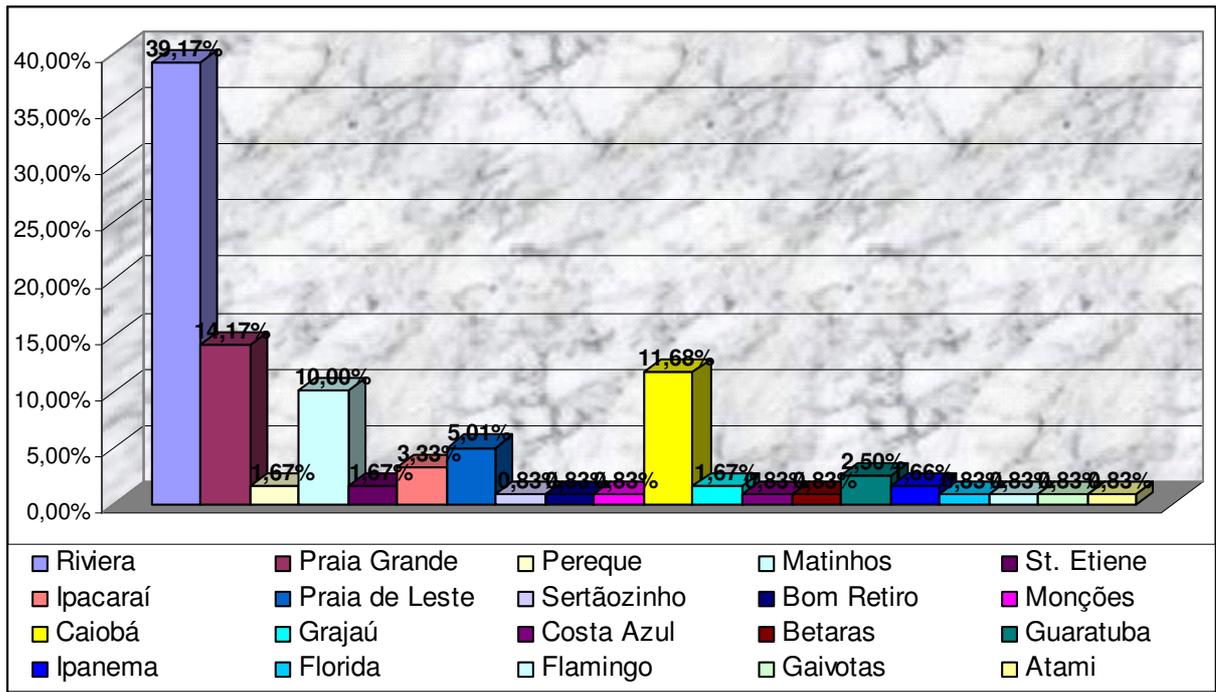


GRÁFICO 2: Balneário de estadia dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR.

FONTE: Pesquisa de campo

Os visitantes entrevistados estavam hospedados, em sua maioria, nos balneários mais próximos ao PERO, sendo 39,47% no balneário Riviera e 14,47% no Balneário Praia Grande. Os demais balneários de hospedagem dos entrevistados que apresentaram um percentual mais significativo, além dos já citados, foram Balneário Caiobá com 11,68% e Balneário Flamingos, com 10%. Ambos os balneários encontram-se a uma distância aproximada de 4km do PERO.

5.2 Faixa etária, agrupamento e meio de transporte dos visitantes.

Observa-se que a idade média dos visitantes encontra-se entre vinte (20) e cinquenta (50) anos, seguidos pelas crianças de até doze (12) anos, como pode ser observado no gráfico 3. Os visitantes, em sua maioria, realizavam a visita em grupos de três (3) a sete (7) pessoas, assim como nos estudos realizados por Takahashi (1998) no Parque Estadual Pico do Marumbi/PR e Barros (2003) no Parque Nacional do Itatiaia/RJ. Muitos grupos eram constituídos por famílias, fator que esclarece o número de crianças acompanhadas por adultos.

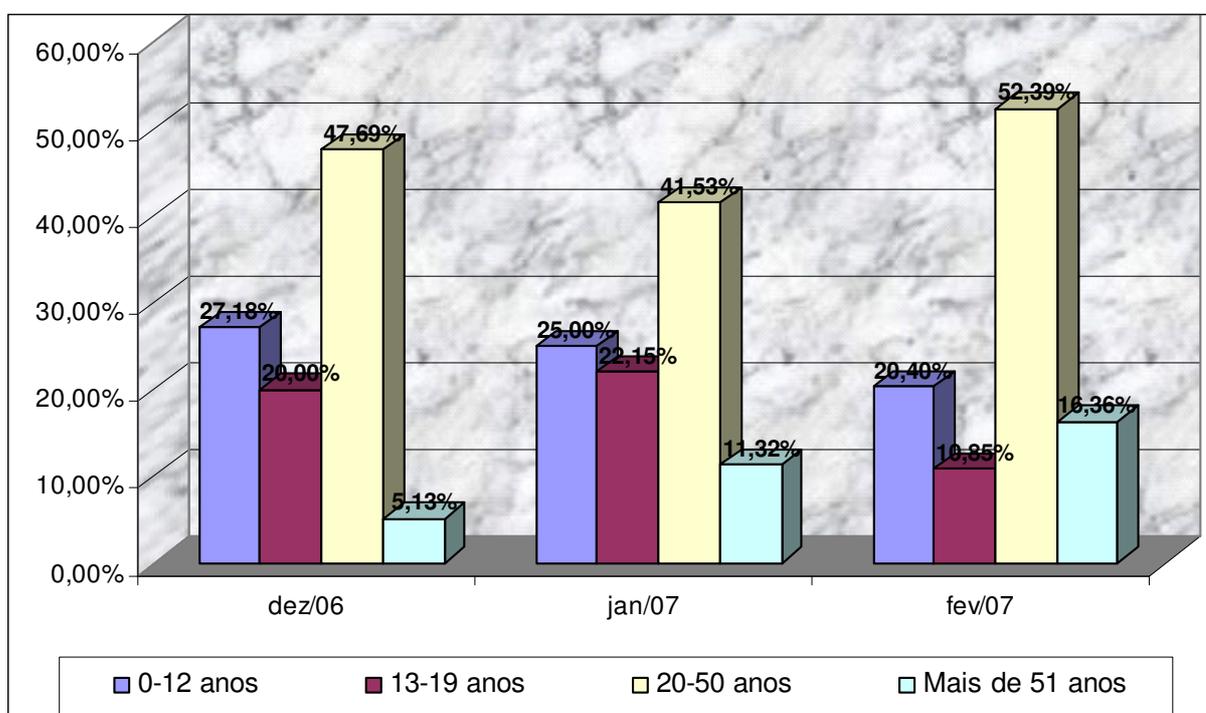


GRÁFICO 3: Faixa etária dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR.

FONTE: Gerência do Parque Estadual do Rio da Onça/PR

Mesmo não apresentando grau de dificuldade no percurso das trilhas do parque, assim como no estudo realizado por Junior (2006), o número de pessoas acima de cinquenta e um (51) anos é bastante reduzido, como se observa no Gráfico 3.

Um dado interessante foi o número de visitantes na faixa etária entre treze (13) e dezenove (19) anos, que não tiveram uma representatividade significativa,

como o esperado pela pesquisa, somando apenas 20% em dezembro de 2006, 22,15% em janeiro de 2007 e apenas 10,85% em fevereiro de 2007, dado este, similar ao descrito na pesquisa de Junior (2006).

Considerando o meio de transporte utilizado pelos visitantes para chegar até o parque, verificou-se que os mesmos utilizavam o carro como principal forma de acesso, seguido por pessoas que se deslocavam a pé, como mostra o Gráfico 4. Os meios de transporte menos utilizados durante os meses de verão são os ônibus e vans.

O ônibus convencional, utilizado por apenas 2,14% dos visitantes e, somente no mês de dezembro de 2006, foi o menos utilizado, visto que as linhas de ônibus do município não fornecem informações sobre seu percurso, bem como os horários de funcionamento, fato este que dificulta sua utilização.

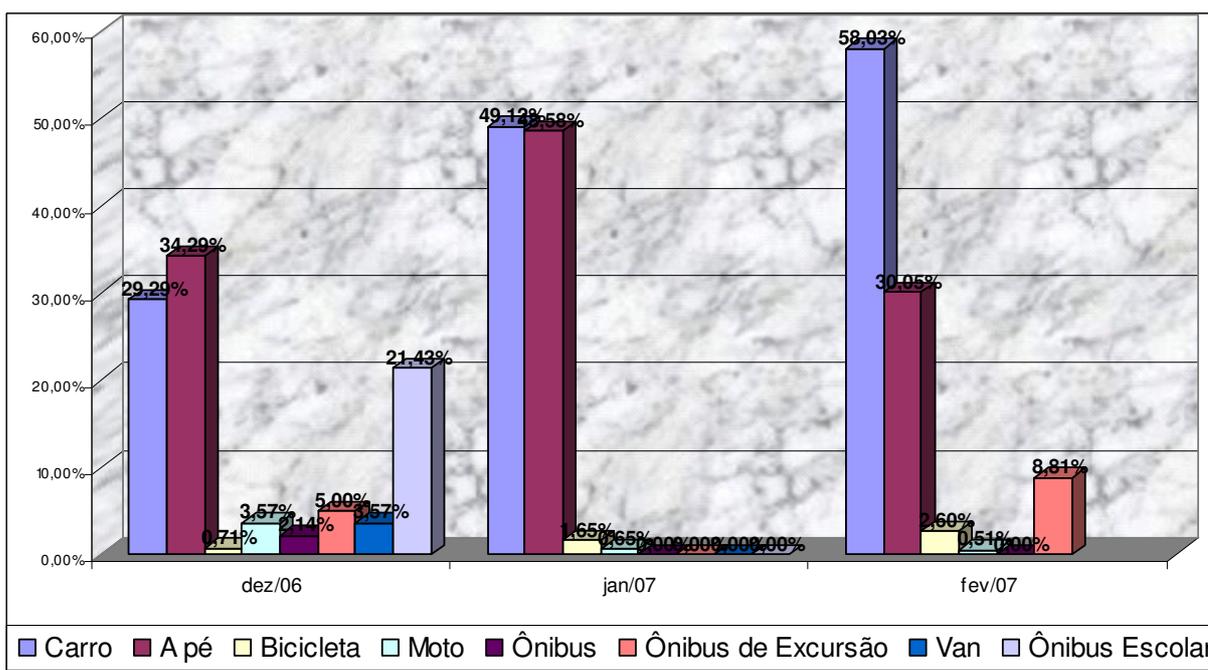


GRÁFICO 4: Meios de transporte utilizados para acessar o Parque.

FONTE: Gerência do Parque Estadual do Rio da Onça/PR

A utilização de ônibus escolar também foi insipiente, visto que o período letivo já havia terminado nos meses de verão. Exceto um grupo que estava realizando um curso de educação ambiental, os quais representaram 21,43% dos visitantes no mês de dezembro de 2006, como mostra a Gráfico 4, no restante do período não houve

mais sua utilização. No caso da utilização de vans, ocorre à mesma situação que a do ônibus escolar.

A utilização de veículos motorizados por parte dos visitantes é um fator de dificuldade de infra-estrutura do parque, uma vez que não há estacionamento próprio nem local apropriado para estacionar os mesmos. Os veículos são parados ao redor da entrada do parque, entre as árvores. As motos e bicicletas são encostadas ao redor do centro de visitantes, ficando sob a responsabilidade dos funcionários do parque.

5.3. Perfil sócio-econômico do visitante

Os dados foram coletados com homens e mulheres que visitaram o parque, sendo 50% pessoas do sexo masculino e 50% do sexo feminino. O equilíbrio entre visitantes do sexo masculino e feminino pode ser observado também nos estudos realizados pela SPVS (1999) na Ilha do Superagui/PR e por Junior (2006) no Parque Estadual da Ilha do Mel/PR.

Observando-se o perfil do visitante no que se refere ao grau de instrução, verificou-se que, a maior parte das pessoas que participou da pesquisa possuía grau de instrução superior, uma vez que 27,50% possuem o segundo grau completo, sendo 12,50% homens e 15% mulheres. Entre os entrevistados que possuíam o terceiro grau incompleto, 10,83% eram homens e 7,50% mulheres, somando 18,33%. Já os entrevistados com terceiro grau completo, os dois gêneros somaram 29,17%, sendo 13,34% homens e 15,83% mulheres, como mostra o Gráfico 5.

Vale salientar que, assim como nos estudos realizados por Takahashi (1998), Barros (2003) e Junior (2006), observa-se que a maior parte dos entrevistados estão concentrados entre os que já concluíram o segundo grau e os que estão cursando ou já concluíram o terceiro grau.

Visitantes com primeiro grau incompleto perfizeram 4,17% entre homens e mulheres, e com primeiro grau completo representam 11,66% dos entrevistados. O percentual dos visitantes entrevistados com segundo grau incompleto entre homens e mulheres foi de 9,17%.

Esta informação demonstra que pode se considerar dois públicos distintos a serem considerados para futuros projetos de educação ambiental do PERO, ou seja, os visitantes com grau de instrução superior e os visitantes com menor grau de instrução, buscando atender as necessidades de cada público.

De acordo com o documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” do Ministério do Meio Ambiente, “a visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às Unidades de Conservação” (MMA, 2006. p.13), além disso, deve-se “assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes” (MMA, 2006. p.18).

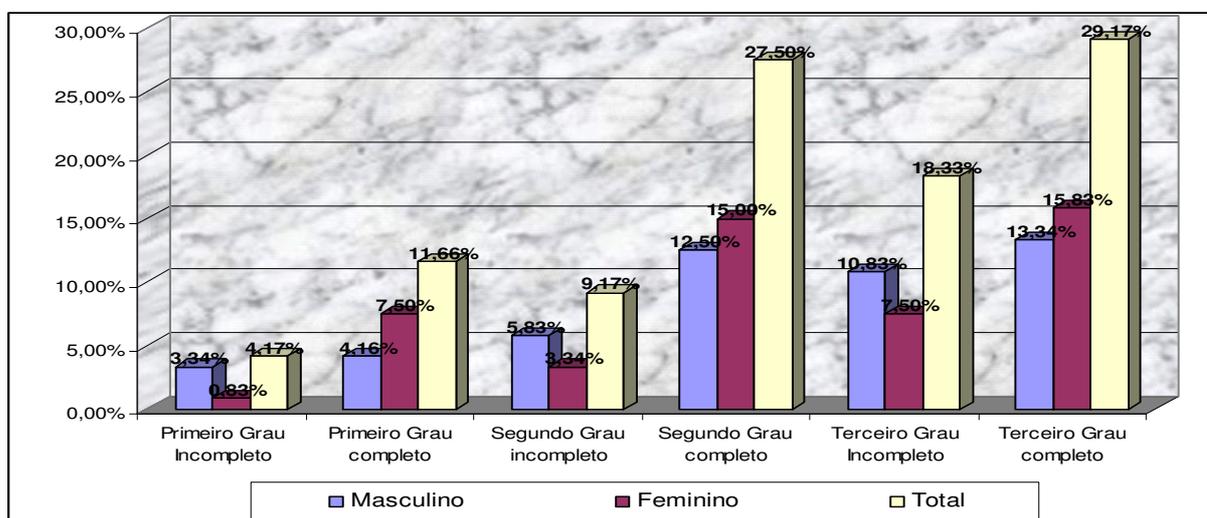


GRÁFICO 5: Frequência em (%) do Grau de Instrução dos Visitantes do PERO/PR.

FONTE: Pesquisa de campo

Na pesquisa em relação à renda salarial dos entrevistados, observou-se que a maior parte (30,84%) não possuía renda, como mostra o Gráfico 6. A ausência de renda está diretamente ligada ao fato de que grande parte dos visitantes serem estudantes (25,01%) e donas de casa (5%) como mostra o Gráfico 6.

Entre os entrevistados que possuíam renda, verificou-se um equilíbrio entre os que ganhavam entre 1 e 3 salários mínimos, com o percentual de 20,83%, os que ganhavam entre 4 a 6 salários mínimos, com o percentual de 23,33% e os que ganhavam entre 7 a 10 salários mínimos, com o percentual de 18,33%, conforme figura 7. Apenas 9,97% dos entrevistados possuíam renda acima de 11 salários mínimos.

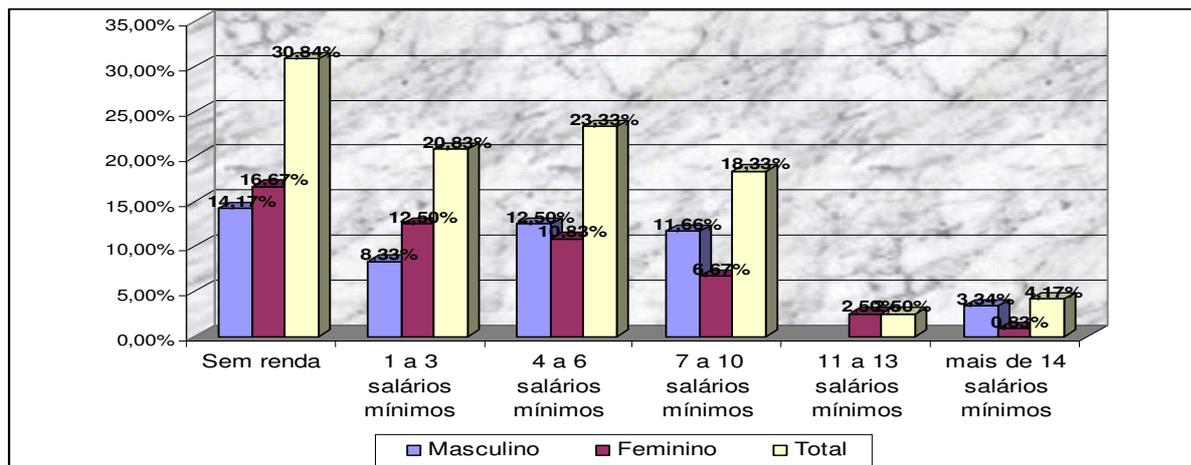


GRÁFICO 6: Frequência em (%) da renda mensal dos visitantes do PERO/PR.

FONTE: Pesquisa de campo

Referente às profissões exercidas pelos visitantes, os estudantes representam aproximadamente 25% dos entrevistados, resultado similar ao obtido nas pesquisas de Niefer (2002) e Junior (2006). Fato esse que justifica grande parte dos visitantes que não possuíam renda. As donas de casa representaram 5% das mulheres entrevistadas.

A maior parte dos entrevistados trabalhava no comércio, representando 15,86%. As profissões relacionadas à área de Administração e Marketing somaram 13,34%, sendo o segundo com maior representatividade entre os entrevistados. Os professores representaram 10% dos entrevistados.

Profissões das áreas biológicas, funcionários públicos e militares somaram respectivamente, 6,65%, 4,17% e 3,33%. A área de metalurgia teve a menor representatividade, somando apenas 2,49% dos entrevistados.

Observa-se que os dados referentes às profissões dos entrevistados no Parque Estadual do Rio da Onça/PR são muito similares aos resultados descritos no estudo de Junior (2006) realizado no Parque Estadual da Ilha do Mel/PR, ambos localizados no litoral paranaense.

TABELA 1: Relação entre grau de escolaridade e renda mensal dos visitantes do PERO/PR

GRAU DE ESCOLARIDADE	BASE – SALÁRIO MÍNIMO					
	Sem renda	1 a 3	4 a 6	7 a 10	11 a 13	Mais de 14
Primeiro Grau Incompleto	1,67%	2,50%				
Primeiro Grau Completo	5,00%	2,50%		0,83%		
Segundo Grau Incompleto	4,17%	4,17%	1,67%			0,83%
Segundo Grau Completo	10,00%	8,33%	8,33%	2,50%		
Superior Incompleto	10,00%	2,50%	2,50%	2,50%		0,84%
Superior Completo		0,83%	10,83%	12,50%	2,50%	2,50%

FONTE: Pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 1, observa-se que a renda mensal dos visitantes aumenta de acordo com o maior grau de escolaridade dos mesmos, exceto em relação aos comerciantes, onde a escolaridade não tem influência na renda. Vale salientar que a grande parte dos visitantes entrevistados estava estudando. Muitos estavam fazendo cursinho pré-vestibular, supletivo de primeiro e segundo grau, graduação e pós-graduação nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*, inclusive os comerciantes que apresentaram renda igual ou superior a 7 salários mínimos.

TABELA 2: Relação entre profissões e escolaridade e renda mensal, igual ou superior a 7 salários mínimos, dos visitantes do PERO/PR

PROFISSÕES	BASE – SALÁRIO MÍNIMO		
	7 a 10	11 a 13	Mais de 14
Professor	13,34%	6,67%	
Psicólogo			3,33%
Dentista		3,33%	3,33%
Jornalista	3,33%		
Enfermeiro	3,33%		
Comerciante	20,00%		3,33%
Engenheiro	10,01%		6,67%
Contabilista	3,33%		
Administrador	3,33%		
Funcionário Público	3,33%		
Técnico	10,01%		
Militar	3,33%		

FONTE: Pesquisa de campo

Entre as profissões dos visitantes mais bem remuneradas, destacam-se os engenheiros agrônomos (16,68%), os professores (20,01%) e os comerciantes (23,33%), conforme Tabela 2.

No que se refere ao perfil do visitante do PERO, pode-se considerar que apesar da grande variação entre renda mensal, idade e grau de escolaridade dos visitantes, os mesmos são pessoas que estudam, buscam contato com a natureza e realizam visitas em grupos, geralmente constituídos por famílias.

5.4 Características da visita

Quanto ao nível de interesse dos visitantes em visitar o PERO em relação aos demais atrativos turísticos encontrados no município, ao serem questionados sobre a ordem de interesse em visitá-los, 39,17% dos entrevistados teriam interesse, após visitar as praias, 52,50%, como mostra o Gráfico 7 . Este fato justifica-se pela característica litorânea do município, sendo o parque uma alternativa secundária de visitação para os horários em que os visitantes realizam atividades não relacionadas à praia.

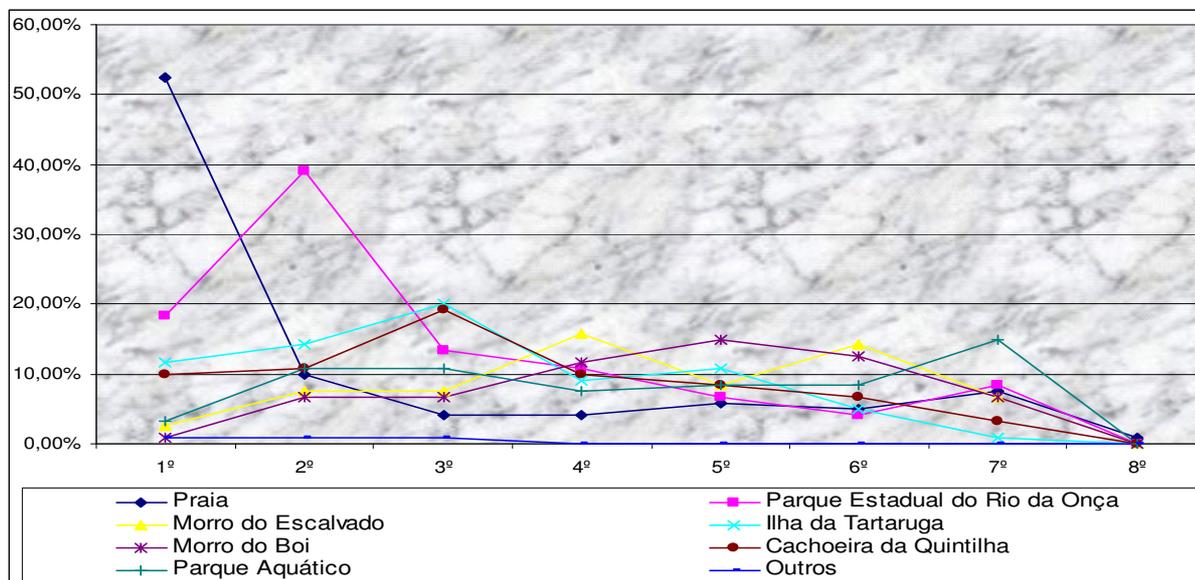


GRÁFICO 7: Opção dos visitantes pelos atrativos do parque e freqüência relacionada

FONTE: Pesquisa de campo

A proximidade do parque, em relação às praias, também foi um fator determinante no interesse dos visitantes em conhecê-lo em relação aos demais

atrativos do município, os quais se encontram mais distantes das praias, exceto a Ilha da Tartaruga, localizada na Praia Bela.

Ao serem questionados sobre como ficaram conhecendo o Parque, assim como no estudo realizado por Niefer (2003) e Kataoka (2004), a grande parte dos entrevistados, 42,50%, respondeu que tiveram indicação de amigos, como observa-se no Gráfico 8. Essa informação indica uma questão importante, uma vez que os visitantes passam adiante a sua experiência por indicação aos amigos.

Dessa forma, o alto percentual de interesse em visitação do parque em rela o aos demais atrativos e o fator indica o para amigos indica que, com o passar dos anos, o número de visitantes irá aumentar gradativamente, sendo necessário o planejamento e gestão da visita o da área para evitar possíveis impactos negativos na mesma.

A comunica o entre os visitantes também deve ser considerada, no planejamento, como uma das principais formas de divulga o do parque.

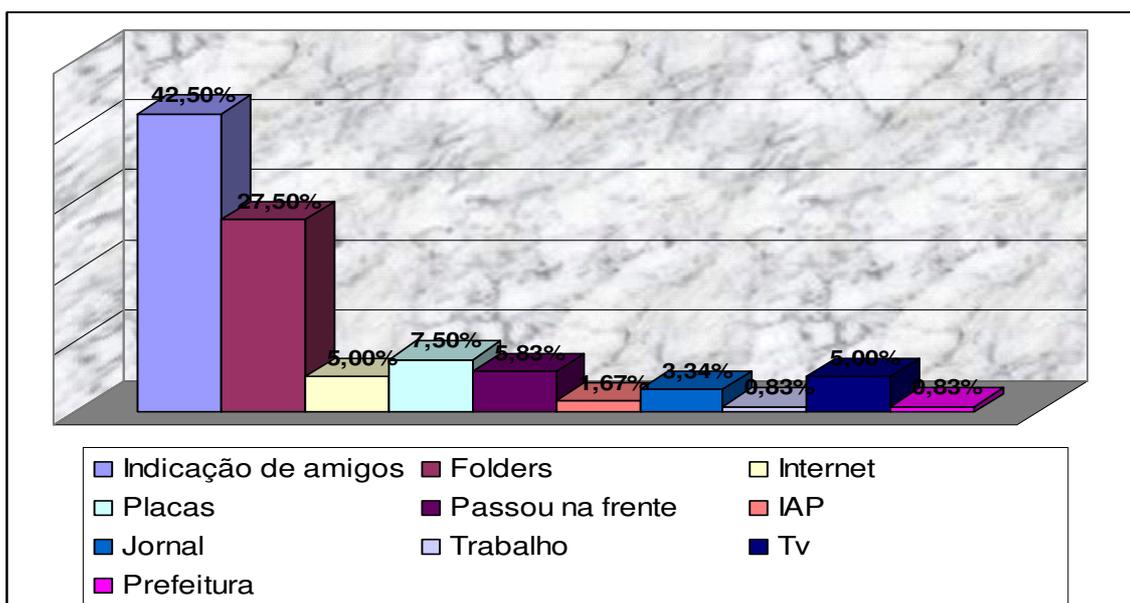


GRÁFICO 8: Frequência em (%) do como os visitantes conheceram o parque.

FONTE: Pesquisa de campo

Os visitantes que conheceram o parque por meio de folder foi o segundo maior percentual, somando 27,50%, de acordo com o Gráfico 8. Esta grande representatividade vem refletindo uma nova estratégia de divulgação por meio da distribuição dos folders nas principais rotas de acesso ao município de Matinhos/PR,

ou seja, no pedágio localizado na estrada que liga Curitiba ao litoral e na balsa que liga o município de Guaratuba/PR a Matinhos/PR.

As placas na estrada principal, colocadas no ano de 2006 também foram de grande importância para o conhecimento do parque, principalmente para os visitantes hospedados nos balneários vizinhos. Porém, devido ao vandalismo, algumas placas já se encontram com as setas de direção apagadas, dificultando um pouco o acesso ao parque.

A divulgação pela televisão e Internet foram citadas por 5%, cada uma delas como meio de divulgação pelo qual os visitantes ficaram conhecendo o parque. Vale salientar que ocorreram duas reportagens na televisão, na transmissão em nível estadual, como sendo um dos locais alternativos, além da visita tradicional às praias, para visitar nas férias. Esta divulgação em meios de comunicação de massa não havia ocorrido antes. Já a Internet, os visitantes ficaram conhecendo por meio do site www.tudoparana.com.br, também sendo citado como um local alternativo para a prática de turismo de natureza no litoral paranaense.

Importante observar que, assim como na pesquisa de Kataoka (2004), a maior parte dos visitantes tomou conhecimento do parque por meio de indicação de amigos e parentes, seguido pela distribuição de folders. Nesse sentido, observa-se que a qualidade no atendimento e a satisfação do visitante são de fundamental importância para a divulgação do parque.

Segundo Kataoka (2004, p.65), “a maneira como o visitante toma conhecimento sobre a existência do parque precisa ser conhecida pela administração do local para que possa utilizar essa informação”, tendo em vista o planejamento das ações para divulgar o parque.

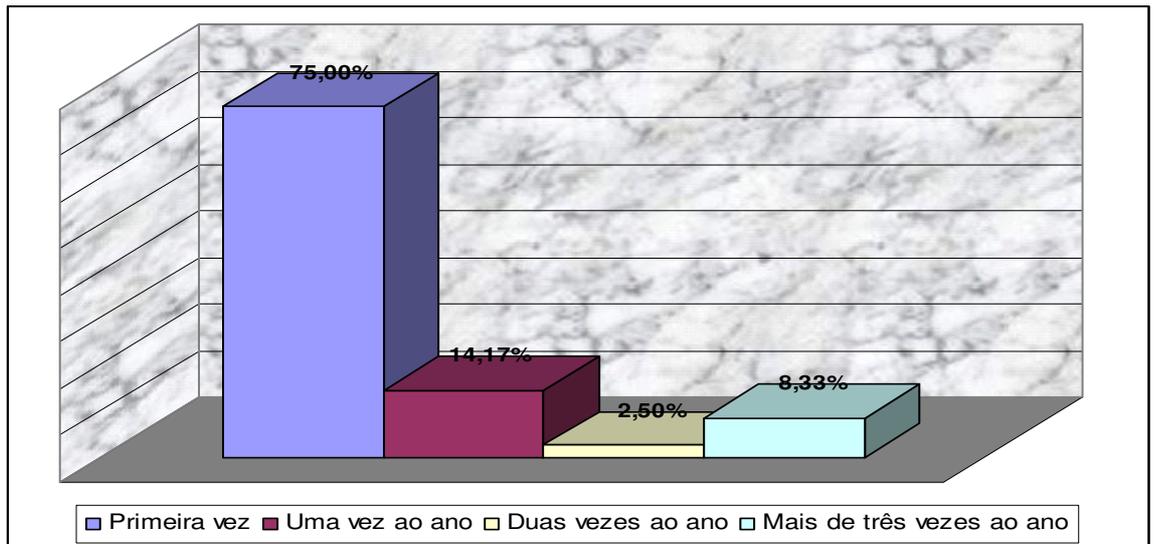


GRÁFICO 9: Frequência dos Visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR em (%).

FONTE: Pesquisa de campo

Referente à frequência de visitação no PERO, ficou evidente que a maior parte dos visitantes, com percentual de 75%, visitava-o pela primeira vez, como mostra o Gráfico 9. Este percentual incluía não só turistas em férias no município, mas também moradores da região. Já no estudo realizado por Junior (2006), a maior parte dos entrevistados também estava visitando o PEIM pela primeira vez, contudo estes representaram apenas 37% dos participantes da pesquisa.

O fato da alta porcentagem de pessoas, visitando o parque pela primeira vez, deve-se ao fato da pouca divulgação de sua existência nos anos anteriores. A confecção dos folders e a divulgação nos demais meios de comunicação só se deram a partir do ano de 2005. A porcentagem de pessoas visitando-o pela primeira vez diminuiu no estudo realizado por Junior (2006), talvez ao fato de existir grande divulgação a respeito da Ilha do Mel/PR como destinação turística.

Os outros 14,17% que visitam o parque pelo menos uma vez ao ano e os 8,33% que visitam mais de três vezes ao ano revelaram que, a partir da experiência e o conhecimento do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, o interesse dos visitantes em frequentá-lo podem aumentar com o passar dos anos.

Um dado interessante é que nos estudos realizados por Magro (1990), Robim (1999) e Kataoka (2004), a maior parte das pessoas entrevistadas também se encontrava pela primeira vez na unidade de conservação estudada, sendo 60,80%, 59,70% e 63% respectivamente, indicando assim um padrão de visitação.

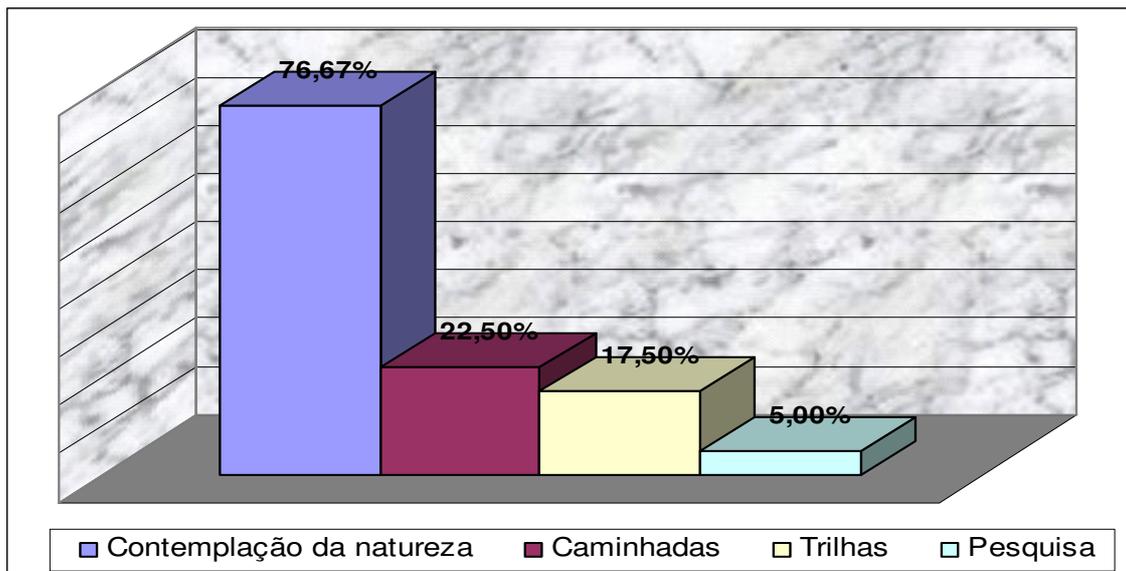


GRÁFICO 10: Objetivo da visita ao parque em (%).

FONTE: Pesquisa de campo

Referente ao objetivo da visita ao parque, à motivação de atividade a ser realizada no Parque Estadual do Rio da Onça demonstra que o contato com a natureza se destacou significativamente entre as preferências dos visitantes, considerando que 76,67% dos visitantes, segundo o Gráfico 10, foram com o intuito de contemplação da natureza.

Durante a resposta sobre o objetivo da visita, muitos visitantes destacaram sua expectativa em relação à observação da fauna e flora local, bem como a apreciação da paisagem natural. A “fuga” da urbanização ficou bastante evidente, fato também observado no estudo de Kataoka (2004) quanto à motivação da visita ao Parque Estadual Ilha da Anchieta/SP.

Outro fator observado durante a pesquisa foi que muitos visitantes esperavam encontrar um grande rio com possibilidade de banhar-se no mesmo, uma vez que o nome do parque refere-se ao “Rio da Onça”. Entretanto, ao serem informados que o Rio da Onça é um pequeno córrego que corta a área do parque, contudo não é possível vê-lo das trilhas, decepcionou muitos visitantes.

A realização de caminhadas, com percentual de 22,50%, ficou em segundo lugar em relação ao objetivo da visita, onde os entrevistados comentaram também a necessidade de realizarem caminhadas em local seguro e controlado, uma vez que a realização de caminhadas na praia apresentava risco de assalto, atropelamento, entre outros.

Os visitantes que foram com intuito de realizar as trilhas somaram 17,50%. Estes informaram que tinham a expectativa de encontrar diversas trilhas com graus de dificuldade diferentes, fato que não ocorre no parque. Já os visitantes que estavam lá realizando algum tipo de pesquisa somaram 5%, como observa-se no Gráfico 10.

5.5. Avaliação da experiência vivida no Parque Estadual do Rio da Onça

Após realizarem a visita ao Parque Estadual do Rio da Onça, os participantes da pesquisa responderam à segunda parte dos questionamentos, com o intuito de avaliar a qualidade de suas experiências, como também identificar os fatores que influenciariam em realizar ou não, uma nova visita.

Quanto às vias de acesso, ao serem questionados sobre a estrutura das ruas que dão acesso ao parque, 30% dos entrevistados, segundo dados da Tabela 1, consideraram-na em boas condições. Mesmo as ruas não asfaltadas encontram-se em boas condições, estando seus limites bem delimitados e não havendo muitas áreas com areia fofa. Porém, 20,17% dos entrevistados consideraram a estrutura regular, visto que a ponte que dá acesso ao parque encontrava-se com algumas avarias e não possuía borda de segurança.

Os visitantes que consideraram as condições estruturais entre ótima, com 15%, e excelente, com 17,50%, como mostra a Tabela 1, argumentaram que, considerando as condições das demais ruas não asfaltadas da região, as ruas que dão acesso ao parque são as que possuem melhor infra-estrutura, não possuindo muitos “buracos”, nem locais com risco de encalhar os veículos.

Como reflexo da instalação das novas placas colocadas no segundo semestre de 2006, 28,33% dos entrevistados considerou a sinalização das vias de acesso ótimas e 25,83% consideraram excelentes. Os entrevistados comentaram que as placas estavam bem posicionadas e de fácil visualização e compreensão.

TABELA 3: Condições das vias de acesso ao PERO em (%)

VIAS DE ACESSO

Qualidade estrutural das vias	
Ruim	8,33%
Regular	29,17%
Bom	30,00%
Ótimo	15,00%
Excelente	17,50%
Qualidade da sinalização	
Ruim	5,00%
Regular	20,00%
Bom	20,84%
Ótimo	28,33%
Excelente	25,83%
Sobre segurança durante o percurso	
Ruim	1,67%
Regular	7,50%
Bom	46,67%
Ótimo	25,83%
Excelente	18,33%

FONTE: Pesquisa de campo.

Devido a atos de vandalismo em algumas das placas, 20% dos entrevistados consideraram a sinalização regular e 5% consideraram ruim, visto que as setas que indicavam a direção a ser seguida em alguma das placas estavam apagadas, dificultando assim a localização do parque.

Referente à segurança, a grande maioria dos entrevistados considerou as vias de acesso seguras, sendo 46,67% consideraram como boa, seguido por 25,83% ótima e 18,33% excelentes, como mostra a tabela 1, visto que o percurso não apresenta grande risco de assaltos ou acidentes, independente do meio de locomoção utilizado pelo visitante.

Os visitantes que consideraram a segurança do percurso como regular, somaram 7,50% e os que consideraram ruim somaram 1,67%. A insatisfação com a segurança se deu devido à infra-estrutura da ponte ser de madeira, não ter barra de segurança lateral e apresentar avarias devido ao desgaste do tempo e uso.

Quanto à infra-estrutura, oferecida dentro do parque, os entrevistados foram questionados sobre o Centro de Visitantes e sobre as Trilhas, visto que são as únicas opções que o mesmo oferece. De acordo com as diretrizes de visitação em

unidades de conservação, “o desenvolvimento das atividades de visitação requer a existência de infra-estrutura mínima, conforme previsto nos instrumentos de planejamento da Unidade de Conservação” (MMA, 2006. p.13).

O centro de visitantes, primeiro local onde os visitantes têm acesso, 57,50% dos entrevistados considerou o atendimento recebido excelente, como se observa na Tabela 2, seguidos de 25% que considerou ótimo e 17,50% bom. Observou-se que nos dias em que os entrevistados consideraram o atendimento como bom, foram dias em que havia apenas um funcionário para atender o público visitante, sendo necessário um tempo maior de espera para receber as informações sobre como ter acesso às trilhas.

O grande número de visitantes satisfeitos com a qualidade do atendimento recebido se deve ao fato de que os funcionários do parque recebem os usuários com muita cordialidade, buscando atendê-los da melhor forma possível. Já sobre as informações recebidas, 46,67% consideraram excelente, resultado observado na Tabela 2, visto que obtiveram todas as informações que necessitavam sobre o parque, além de informações sobre fauna e flora do litoral paranaense. Consideraram de grande importância as informações sobre o motivo do nome do parque como também sobre lendas locais.

Contudo, observou-se uma pequena, mas significativa porcentagem, 7,50% dos visitantes, que consideraram como regular a qualidade das informações recebidas no centro de visitantes. Esse fato foi constatado nos dias em que apenas os estagiários do parque faziam o atendimento aos visitantes. Muitas vezes os estudantes não apresentavam segurança ao transmitir as informações, como muitas vezes não tinham conhecimento sobre o que lhes era questionado.

TABELA 4: Qualidade do Centro de Visitantes do PERO em (%).

CENTRO DE VISITANTES	
Sobre atendimento	
Ruim	–
Regular	–
Bom	17,50%
Ótimo	25,00%
Excelente	57,50%
Sobre informações recebidas	
Ruim	–
Regular	7,50%
Bom	18,33%
Ótimo	27,50%
Excelente	46,67%
Sobre estrutura oferecida	
Ruim	–
Regular	0,83%
Bom	35,00%
Ótimo	25,83%
Excelente	38,34%

FONTE: Pesquisa de campo.

Quanto à estrutura do centro de visitantes, a porcentagem de satisfação do visitante ficou entre 35% que consideraram boa, 25,83% consideraram ótima e 38,34% avaliaram como sendo excelente, como mostra a Tabela 2. Em geral, os visitantes ficaram satisfeitos com as condições de estrutura e limpeza dos sanitários, o acesso a bebedouro de água mineral e com o auditório onde encontra-se parte do acervo do extinto Museu Municipal.

Em relação às trilhas, observou-se um maior índice de insatisfação por parte dos visitantes, segundo os resultados da Tabela 3.

Sobre a estrutura das trilhas, mesmo considerando que a maioria dos visitantes avaliou como boa, com 33,33% dos entrevistados, seguido de 28,33% que consideraram como ótima e 21,67% como excelente, uma maior parcela dos entrevistados considerou regular, somando 15%, se observado em relação às vias de acesso e ao centro de visitantes.

Os participantes da pesquisa que consideraram as trilhas com estrutura regular, comentaram que não há nenhum tipo de delimitação das mesmas em relação à vegetação, fazendo com que, em alguns trechos, a trilha seja mais larga e em outros, muito estreita, sendo difícil passar mais do que uma pessoa por vez.

Assim como MANNING 1986 (*apud* TAKAHASHI, 2004) já destacava e comparando com os dados obtidos nas pesquisas de Takahashi (1998) e Junior (2006), sobre a percepção dos visitantes, em relação aos impactos causados pelo uso recreativo, foi verificado que a percepção dos visitantes geralmente é limitada, sendo um número reduzido de visitantes que perceberam os problemas estruturais das trilhas.

A falta de mobiliário durante o percurso também foi citada, visto que não há muitos bancos para descanso ou contemplação da natureza. Também há falta de lixeiras, assim como descrito no estudo de Junior (2006) no PEIM, obrigando o visitante a carregar as garrafas de água vazias e outras embalagens durante todo o percurso.

TABELA 5: Qualidade das trilhas do PERO em (%).

TRILHAS	
Sobre Infra-estrutura oferecida	
Ruim	1,67%
Regular	15,00%
Bom	33,33%
Ótimo	28,33%
Excelente	21,67%
Sobre a sinalização	
Ruim	–
Regular	10,00%
Bom	27,50%
Ótimo	27,50%
Excelente	35,00%
Sobre informações recebidas	
Ruim	3,33%
Regular	9,17%
Bom	20,00%
Ótimo	25,83%
Excelente	41,67%

FONTE: Pesquisa de campo.

Sobre a sinalização das trilhas, 10% dos entrevistados consideraram a sinalização regular, pois tiveram dificuldade em localizar-se nos mapas das placas indicativas. A sinalização está localizada apenas na junção entre uma trilha e outra, não havendo qualquer tipo de sinalização nas trilhas “fechadas”, ou seja, as que não estão abertas para visitantes são fechadas apenas por uma fitinha preta ou barreiras

de madeira sem qualquer tipo de placa, informando sobre a restrição. Muitas vezes, essas fitas se soltam, deixando o visitante confuso sobre qual direção tomar.

Durante o período da pesquisa foi registrado apenas o caso de um grupo de visitantes que se perdeu durante as trilhas. Como há um tempo máximo de duração do percurso determinado pelo parque, quando um visitante demora além deste tempo, um dos funcionários do parque sai para verificar a situação do visitante.

A maior parte dos entrevistados, 35%, considerou a sinalização excelente, seguido dos que avaliaram como boa e ótima obtiveram igualmente a soma de 27,5%, como se observa na Tabela 3.

Já sobre as informações recebidas para a realização das trilhas e seus atrativos, novamente a maior parte dos entrevistados considerou excelente a qualidade das informações, seguidos por 25,83% que consideraram a qualidade ótima, e 20% que avaliaram como boa.

Apenas 9,17% avaliaram como regular a qualidade das informações recebidas para a realização das trilhas, e 3,33% avaliaram como ruim. Os entrevistados insatisfeitos com as informações argumentaram que faltaram informações sobre a diversidade de flora e fauna presentes no parque, principalmente sobre os insetos e cobras que colocam o visitante em risco durante o percurso nas trilhas.

Ainda sobre as trilhas, no que se refere a segurança do visitante durante o percurso, 41,67% dos entrevistados consideraram boa. Os que consideraram como ótima somaram 25,83%, seguidos dos que avaliaram como excelente, com 27,50% dos entrevistados como mostra a Tabela 4.

Os visitantes que avaliaram a segurança como regular somaram 4,17% e como ruim 0,83%. A insatisfação quanto à segurança durante a realização das trilhas se deu ao fato de existir a possibilidade do visitante se deparar com animais peçonhentos como as “aranhas armadeiras”. Além disso, o possível encontro com cobras, que mesmo não sendo venenosas, causaram certo desconforto e medo.

O maior índice de descontentamento se deu em relação à sinalização dos atrativos, onde 10% avaliaram a sinalização como regular e 11,66% considerou ruim, de acordo com a Tabela 4.

A queixa dos participantes da pesquisa foi que com exceção das placas que apontam para as pontes sobre os rios que cortam o parque e a placa do mirante das

bromélias, onde não há nenhum outro tipo de sinalização que valorize e informe o visitante sobre a diversidade de fauna e flora existentes no PERO.

TABELA 6: Qualidade das trilhas do PERO em (%).

TRILHAS	
Sobre segurança durante o percurso	
Ruim	0,83%
Regular	4,17%
Bom	41,67%
Ótimo	25,83%
Excelente	27,50%
Sobre a sinalização dos atrativos	
Ruim	11,66%
Regular	10,00%
Bom	29,17%
Ótimo	20,00%
Excelente	29,17%

FONTE: Pesquisa de campo.

Os demais pesquisados ficaram satisfeitos com a sinalização existente, sendo que os que consideraram a sinalização como boa e excelente somaram igualmente 29,17%, seguidos dos que avaliaram como ótima, que representou 20%.

Sobre a qualidade do atendimento no PERO, considerando o atendimento do visitante desde a sua chegada até sua saída, pode-se considerar que todos ficaram satisfeitos. 51,67% consideraram o atendimento recebido dos funcionários como excelente, 25,83% avaliaram como bom e 22,5% como ótimo, como mostra a Tabela 7.

Os pesquisados avaliaram a experiência no parque como satisfatória, mesmo aqueles que apresentaram alguma insatisfação em relação a alguns itens da pesquisa.

Observa-se, que de modo geral, os resultados obtidos no estudo realizado por Junior (2006) no Parque Estadual da Ilha do Mel/PR são muito similares aos dados obtidos nesta pesquisa. Em ambas as pesquisas foi constatado que a percepção dos visitantes dessas unidades de conservação (PERO e PEIM), mesmo com grau de escolaridade elevado, em sua maioria, apresenta limitações, ou distorções da realidade da localidade visitada, como também de seus objetivos enquanto Unidades de Conservação. Talvez devido ao fato dos visitantes estarem realizando

uma atividade recreativa, os mesmos não se detêm em observar com olhar crítico as deficiências da localidade visitada, como também não se preocupam em conhecer/verificar se os objetivos pertinentes à unidade conservação em questão estão sendo atendidos ou não, como por exemplo o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, determinado pela categoria Parque, a qual a unidade de conservação pesquisada está inserida.

TABELA 7: Qualidade do atendimento no PERO em (%).

Sobre o atendimento recebido dos funcionários	
Ruim	–
Regular	–
Bom	25,83%
Ótimo	22,50%
Excelente	51,67%

FONTE: Pesquisa de campo.

Nas questões abertas sobre o que consideravam como pontos positivos do parque que motivariam a realizar uma nova visita, 100% dos entrevistados considerou o contato direto com a natureza e a diversidade de flora como a principal motivação para uma nova visita.

Já em relação aos pontos negativos do parque, que desmotivariam a realizar uma nova visita, foram os pernilongos e “mutucas” presentes em todos os locais do parque. A presença desses insetos em grande número em toda a extensão do parque se dá por ser uma área de banhado, com diversos rios com pouca correnteza, tornando-se um ambiente propício à proliferação dos mesmos. Além disso, os repelentes convencionais não os afastam, sendo o óleo de citronela o único repelente realmente eficaz. Contudo, não há nenhum tipo de informação sobre isso nos folders, nem nos demais meios de divulgação do parque e não há nenhum lugar próximo que tenha este produto à venda.

Os funcionários do parque possuem este repelente e oferecem apenas aos visitantes que alegam ter algum tipo de alergia a picada de insetos, visto que não há quantidade suficiente para oferecer a todos.

Assim como nos estudos de Takahashi (1998) e Kataoka (2004) e Junior (2006), o fato dos visitantes praticamente não indicarem pontos negativos do parque,

não significa que eles não existam, mas pode estar associada ao pouco conhecimento dos visitantes quanto aos objetivos da Unidade de Conservação, como também pela falta de disposição em contribuir para a melhoria do parque, visto que a entrevista tomava tempo e interrompia a atividade recreativa dos mesmos.

Durante a realização da pesquisa, observou-se que muitos visitantes que participaram da mesma não estavam muito interessados em sinalizar aspectos negativos do parque. Alguns chegaram a perguntar se suas respostas não poderiam estar prejudicando os funcionários do parque. Outro fator a considerar é que muitos pesquisados tinham pressa em deixar o parque após a visita e davam as respostas de forma rápida, sem muitos comentários ou interesse na veracidade das respostas. Isso se dava para que os mesmos seguissem para as praias a fim de aproveitar o restante do dia e, outras vezes, para fugir dos insetos.

O capítulo seguinte diz respeito aos aspectos relevantes associados ao Parque Estadual do Rio da Onça/PR.

5.6. Aspectos relevantes associados ao parque

A princípio, baseando-se nas informações obtidas pela pesquisa de campo, pode-se interpretar que o Parque Estadual do Rio da Onça/PR proporciona uma experiência que atende em grande parte as expectativas dos visitantes, porém, como já citado anteriormente, a percepção dos visitantes, em geral, é limitada, não permitindo ao mesmo observar de forma crítica alguns aspectos importantes para uma melhor qualidade na experiência vivida.

A exemplo cita-se a qualidade das vias de acesso, considerada boa por grande parte dos visitantes, como mostra a Tabela 1, não são pavimentadas e apresentam depressões ou os chamados “buracos” em grande parte de sua extensão. Em dias chuvosos, o acúmulo de água, nessas depressões, dificulta a passagem de veículos, e principalmente pedestres que desejem chegar ao Parque, como mostra a Figura 8.



FIGURA 8: Via de acesso ao Parque

FONTE: Autora (2007)

Além disso, o intervalo entre as placas de sinalização está muito distante uma das outras, cerca de 300m entre a primeira e a segunda placa, e depois a sinalização está aproximadamente à 400m, na entrada do Parque. A grande separação entre as placas de sinalização pode causar uma sensação de “estar perdido”, fazendo com que muitos visitantes façam o retorno, antes mesmo de chegar ao Parque. Este fato foi relatado por alguns visitantes que, ao procurarem o Parque na primeira vez, não o encontraram, sendo necessário solicitar informações durante o percurso. Outro fator prejudicial é o vandalismo e a dificuldade de conservação das placas. Somente durante o período de realização da pesquisa de campo, a placa branca, observada na Figura 9 foi trocada três vezes.



FIGURA 9: Placas de sinalização para acesso ao Parque.

FONTE: Fotos Adriano Luis Alves Watanabe – montagem da autora (2007).

Um outro fator relevante é o não entendimento entre o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e os gestores do Parque em relação à classificação do mesmo. Observa-se que nas placas de sinalização, feitas pelos gestores do Parque, mantêm-se a classificação Parque Florestal (categoria extinta no SNUC). Já nas placas feitas pelo IAP, consta a nova classificação como Parque Estadual, de acordo com o SNUC. Vale salientar que a categoria Parque não é bem compreendida por parte de alguns funcionários do PERO, os quais associam esta classificação com Parques de diversão.

Ainda sobre as vias de acesso, um fator de risco a segurança dos visitantes é a ponte que dá acesso ao Parque. Esta, durante o período da pesquisa, encontrava-se em precárias condições de uso, mas sua manutenção só foi realizada após o período de férias escolares, quando o fluxo de pessoas transitando na mesma é maior.

A ponte, com estrutura em madeira, não apresenta nenhum tipo de proteção lateral para carros, nem área específica para passagem de pedestres, fazendo com que ambos tenham que ocupar um mesmo espaço, como observa-se na Figura 4.

Há uma ponte exclusiva para pedestres em frente à entrada do Parque, porém não há nenhuma sinalização de sua existência, restringindo o acesso aos visitantes pela ponte que também é utilizada por automóveis.



FIGURA 10: Pontes de acesso ao Parque.

FONTE: Fotos Adriano Luis Alves Watanabe – montagem da autora (2007).

Para quem chega ao Parque utilizando algum tipo de meio de transporte próprio, não há um local específico para que o mesmo seja deixado em segurança, enquanto o usuário realiza a visita ao Parque. Automóveis e ônibus são estacionados nas vias de acesso, sem qualquer tipo de organização. Apenas às bicicletas e motocicletas são permitidas estacionar na lateral do centro de visitantes. Mesmo não sendo uma área que apresente grande risco de assalto, não há nenhuma garantia ao visitante que seu meio de transporte estará seguro, enquanto este permanece nas dependências do Parque.

Outro fator a ser observado é o Centro de Visitantes. Embora exista um grande esforço por parte dos funcionários do Parque em buscar conhecimentos e adequar as estruturas disponíveis no centro de visitantes para melhor atender às

pessoas que o visitam, o Parque não segue o padrão de atendimento das Unidades de Conservação (Ucs) abertas à visitação no Paraná, que consiste em apresentar um vídeo institucional ao visitante, orientado-o sobre o que pode ser observado na UCs durante a visitação, seguido de uma explanação realizada por um responsável pela localidade em questão sobre as restrições da UCs e a conduta a ser seguida durante a visita.

Ao chegar ao Centro de Visitantes, o usuário preenche um cadastro padrão do Instituto Ambiental do Paraná, sobre cidade de origem do visitante, faixa etária, se está em grupo, ou realizando a visita sozinho, e sobre como ficou sabendo da existência do Parque.

Após o preenchimento do cadastro, o visitante recebe informações sobre o porquê do nome do Parque, e pode-se observar um mural de fotos sobre os trabalhos de Educação Ambiental, realizado por escolas municipais, alguns *banners* com informações gerais sobre conduta de visitação, curiosidades, entre outros, e observar o que restou do acervo do Museu Municipal, agora exposto no auditório do Centro de Visitantes. As informações são passadas na própria recepção do centro de visitantes.



FIGURA 11: Aspecto externo e interno do Centro de Visitantes

FONTE: Fotos Adriano Luis Alves Watanabe – montagem da autora (2007).

Não há vídeo institucional nem informações mais aprofundadas sobre o PERO e seus atrativos. Também não há nenhum funcionário com capacitação específica para atender o visitante, nem conduzir-lhe durante o percurso das trilhas. O atendimento ao usuário é feito pelo funcionário que estiver disponível no momento, seja a responsável administrativa do Parque, seja a auxiliar de serviços gerais.

Para dar início ao percurso das trilhas, o visitante recebe informações de como a visita deve ser realizada, bem como os cuidados que o mesmo deve ter durante o trajeto. É comentado sobre a fauna e flora existentes no PERO e sobre a dificuldade de observação dos animais.

Durante o percurso das trilhas, a sinalização existente é na ligação entre uma e outra trilha e nas pontes que sobrepõem alguns riachos que cortam o PERO, como pode ser observado na Figura 12. As trilhas fechadas para recuperação são interditadas por meio de barreiras de madeira, contudo não apresentam sinalização informativa sobre a interdição, permitindo assim que o visitante, sem compreender

que aquela localidade está fechada para visitação, continue seu percurso acessando essas localidades, como mostra a Figura 12.



FIGURA 12: Sinalização das Trilhas

FONTE: Autora (2007).

Embora tenham sido catalogadas mais de 56 variedades de bromélias, segundo a gerencia do Parque, entre outras variedades de vegetação, não há nenhuma placa indicativa que permita ao visitante observar a essa diversidade de flora, bem como diferenciar as espécies existentes.

Para observadores inexperientes, a vegetação torna-se um aglomerado de plantas, sem representar muita atratividade ao longo do percurso. A falta de sinalização dos atrativos do Parque foi comentada por alguns visitantes. Estes reclamaram dos poucos atrativos do PERO, principalmente por não conseguirem observar nenhum espécime animal durante a visitação.



FIGURA 13: Vegetação do Parque Estadual do Rio da Onça, com destaque para as bromélias.

FONTE: Autora (2007).

Outra queixa dos visitantes foi à falta de mobiliário no percurso das trilhas. A falta de lixeiras foi a mais citada, visto que o visitante era obrigado a carregar seu lixo, geralmente garrafas de água, por todo o percurso da trilha. As únicas lixeiras existentes encontram-se na entrada do Parque e no centro de visitantes, como mostra a Figura 14.



FIGURA 14: Mobiliário do Parque (bancos e lixeiras).

FONTE: Fotos Adriano Luis Alves Watanabe – montagem da autora (2007).

Quanto à segurança durante a visita, o Parque segue um padrão de acompanhamento dos grupos de visitantes, não sendo permitida a visita para menores desacompanhados, bem como de uma única pessoa. Além disso, o controle é feito pelo tempo de permanência nas trilhas. Caso o visitante permaneça no percurso por mais tempo do que o pré-determinado, um funcionário é designado para verificar a situação do visitante.

Durante todo o período da pesquisa, apenas um grupo de visitantes se perdeu no percurso das trilhas, mas foi localizado rapidamente e auxiliado a retornar ao centro de visitantes.

6.7. Análise SWOT das condições de uso público do PERO, à luz do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006)

Após a análise dos dados da pesquisa de campo e utilizando o método SWOT à luz do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006), chegou-se aos resultados apresentados a seguir. Importante salientar que foi considerada parte das diretrizes do documento em questão, devido às características da Unidade de Conservação em estudo, bem como a restrição de tempo da pesquisa para se analisar cada uma das diretrizes contidas no documento.

O Quadro 1, apresentado abaixo, representa os pontos fortes e fracos observados por meio da pesquisa de campo realizada com os visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR⁸. O grau de importância dos pontos fortes e fracos levantados durante a pesquisa, se dá pela influência que os mesmos exercem sobre a visitação e a satisfação dos visitantes do PERO.

Quadro 1: Matriz de Pontos Fortes e Fracos

	DESEMPENHO					IMPORTANCIA		
	FI	FSI	N	Fr I	Fr S I	A	M	B
Infra-estrutura do Centro de visitantes	X						X	
Qualidade no atendimento	X					X		
Qualidade das informações	X						X	
Dedicação dos funcionários	X					X		
Diversidade de experiências de visitação				X		X		
Oferta de alimentação (água, refrigerantes, etc.).					X			X
Oferta de produtos (souvenirs, repelentes, etc.)					X			X
Condições estruturais das trilhas			X				X	
Sinalização das trilhas				X		X		
Sinalização dos atrativos				X		X		
Segurança durante o percurso	X					X		
Variedade de flora	X						X	
Variedade de fauna			X				X	
Grande quantidade de insetos				X			X	

FONTE: Kotler, (1994) adaptado pela autora.

Uma das grandes forças do parque é a qualidade no atendimento aos visitantes, como mostra o Quadro 1. Isso associado à dedicação dos funcionários

⁸ Significado das siglas apresentadas no Quadro 1: FI – Força Importante; FSI – Força Sem Importância; N – Neutro; Fr I – Fraqueza Importante; Fr S I – Fraqueza Sem Importância.

em atender bem aos visitantes, torna-se uma grande oportunidade a ser explorada pelo PERO, como mostra o Quadro 2.

QUADRO 2: Matriz de Oportunidades

	PROBABILIDADE DE SUCESSO ALTA	PROBABILIDADE DE SUCESSO BAIXA
GRAU DE RELEVÂNCIA ALTA	1. O PERO localiza-se em área prioritária para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação no Estado do Paraná. 2. O PERO possui maior proximidade com as praias em relação aos demais espaços turísticos do município.	1. O PERO possui diversidade de atrativos naturais em relação aos demais espaços
GRAU DE RELEVÂNCIA BAIXA	1. O PERO possui funcionários dedicados em proporcionar aos visitantes uma visitação de boa qualidade.	1. O PERO não cobra taxa de visitação

FONTE: Kotler, (1994) adaptado pela autora.

Apesar de estar classificada como grau de relevância baixa, como observa-se no Quadro 2, a probabilidade de sucesso desta oportunidade é muito grande. Isso se deve justamente ao fato de poder ser associada a um dos principais pontos fortes do parque, ou seja, a boa qualidade no atendimento aos visitantes.

Além disso, atende a um dos princípios para a visitação em Unidades de Conservação do documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006), que diz que “o planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes”. Como forma de manter a qualidade no atendimento, como também incentivar os funcionários a dedicarem-se cada vez mais no bom atendimento, segundo as diretrizes, os órgãos gestores do parque devem “promover a capacitação continuada da equipe gestora no que diz respeito às técnicas de manejo da visitação, monitoramento de impactos, manutenção de trilhas, técnicas de mínimo impacto em áreas naturais, atendimento ao público, entre outras” (MMA, 2006, p. 13).

A segurança durante a visita é outro ponto forte do PERO e o deixa em destaque em relação à maior parte dos demais espaços turísticos do município. Exceto o Parque Aquático, os demais atrativos naturais de Matinhos/PR não

possuem qualquer tipo de apoio à visitação, ou seja, não possuem funcionários para orientar as visitas, como também não possuem nenhum tipo de segurança e nenhuma forma de socorro em caso de acidentes.

Tendo em vista que uma das diretrizes gerais para a visitação é disponibilizar informações para o visitante, antes e durante a visita à Unidade de Conservação, para que os mesmos possam prevenir acidentes, minimizar impactos ambientais e culturais e maximizar a qualidade de sua experiência, uma forma de maximizar esta potencialidade do parque é a adoção das diretrizes para a segurança durante a visitação composta por treze itens que vem auxiliar na minimização dos riscos de acidentes durante a visitação em UC.

A diversidade de atrativos naturais em relação aos demais espaços turísticos do município é uma oportunidade de grande relevância, contudo de baixa probabilidade de sucesso, conforme o Quadro 2. Isso porque a diversidade de atrativos naturais no PERO são potencialidades que para serem maximizadas, estão condicionadas ao auxílio de uma boa sinalização dos atrativos e da interpretação ambiental. Ainda nesse mesmo sentido, a adoção das diretrizes para atividades realizadas por portadores de necessidades especiais, pode vir a auxiliar no alcance desse objetivo.

Nesse sentido, a adoção das diretrizes para atividades realizadas por portadores de necessidades especiais, pode vir a auxiliar no alcance desse objetivo. A adaptação das trilhas para portadores de necessidades especiais, bem como as placas de sinalização dos atrativos vêm criar mais uma alternativa de experiência aos visitantes do parque, independente de possuírem alguma necessidade especial de atendimento.

Para auxiliar ainda mais o visitante a observar a diversidade da flora e dos atrativos do PERO, uma das alternativas seria a adoção de visitas guiadas. Para este fim, o parque deveria adotar as diretrizes para a condução de visitantes. Os condutores para visitação podem atuar por meio de prestação de serviço, seguindo as diretrizes para prestação de serviços de apoio à visitação ou por meio do incentivo ao voluntariado. Acordos de Cooperação Técnica com instituições de ensino, que ofertem cursos técnicos de Guia de Turismo para a realização de estágios, também pode ser uma alternativa.

Cabe aos gestores buscar o estabelecimento de infra-estrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação, considerando que

algumas atividades podem ser realizadas mesmo com um mínimo de equipamento e infra-estrutura, como trilhas pré-existentes, e informação sobre percurso.

O Parque Estadual do Rio da Onça/PR oferece condições para a realização de caminhadas, sendo necessária a adoção das diretrizes específicas para as atividades de visitação mais freqüentes e demandadas nas Unidades de Conservação, nesse caso, a realização de caminhadas.

Outra potencialidade a ser aproveitada pelos gestores do parque como forma de incentivar a visitação é a proximidade do PERO das praias do município, que faz desta potencialidade de alto grau de relevância. A facilidade de acesso, diante dos demais atrativos naturais da localidade também aumenta a probabilidade de sucesso, como mostra o Quadro 2.

A não cobrança de taxa de visitação no PERO é considerada uma oportunidade de baixa importância e baixa probabilidade de sucesso devido ao fato de que todos os demais atrativos turísticos naturais do município, também não cobram taxa de visitação. Nesse sentido, é uma oportunidade de pouca relevância, contudo não deixa de ser explorada, considerando que o PERO é o único dos atrativos naturais do município que possui infra-estrutura de atendimento ao visitante.

A falta de um Plano de Manejo no PERO representa a maior das ameaças para o desenvolvimento de atividades de visitação, como mostra a Tabela 10, assim como a maioria das Unidades de Conservação no Brasil, uma vez que este plano define todas as ações da Unidade de Conservação. De acordo com a primeira diretriz geral do documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006), “o planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação”. A partir daí, pode-se atender outras diretrizes apontadas pelo MMA.

QUADRO 3: Matriz de Ameaças

	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA ALTA	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA BAIXA
GRAU DE RELEVÂNCIA ALTA	1. O PERO não possui plano de manejo que regulamente as atividades a serem desenvolvidas.	1. O PERO não possui apoio da comunidade local. 2. O PERO não possui área para estacionamento dos meios de transporte dos visitantes.
GRAU DE RELEVÂNCIA BAIXA	1. O PERO possui fauna com hábitos noturnos e dificuldade de visualização.	1. Má qualidade de conservação das vias de acesso e deficiência na sinalização para acesso ao PERO.

FONTE: Kotler, (1994) adaptado pela autora.

A falta de apoio da comunidade local, de acordo com informações obtidas com os funcionários do parque, é decorrente da falta de participação dos mesmos na gestão do PERO. É uma ameaça de elevado grau de relevância elevado, contudo, é uma ameaça com baixa probabilidade de ocorrência, no sentido de que também não há atitudes contra o parque por parte da comunidade.

De acordo com as Diretrizes para os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação do MMA (2006, p.16), os itens 14, 16 e 17 vêm ao encontro dessa necessidade de integração entre a UC e a comunidade local, onde diz que os órgãos gestores vêm promover e fortalecer a participação e a co-responsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, incluindo comunidade local, entidades representativas dos praticantes de atividades recreativas, operadores de turismo, associações locais, entre outros, considerando as potencialidades e vocações do entorno das Unidades de Conservação no planejamento e gestão da visitação.

A promoção de parcerias com a sociedade civil organizada, além de instituições do governo e da iniciativa privada e de instituições de ensino e pesquisa para alcançar os objetivos de manejo e a adequada visitação nas UC também deve ser contemplada. Essas parcerias poderiam se dar com a associação dos moradores do balneário em que se encontra, como também com instituições de ensino do próprio município com também de cidades próximas que possam desenvolver pesquisas e contribuir para um programa de visitação no PERO, tais como a Universidade Federal do Paraná, em Pontal do Paraná, e o Centro Estadual de

Educação Profissional Pedro Boareto Neto, em Antonina. Isso além das cinco diretrizes voltadas, exclusivamente para participação das comunidades locais e populações tradicionais na gestão da visitação em Unidades de Conservação contempladas no documento em questão do MMA.

As diretrizes para integrar a visitação ao desenvolvimento local e regional, além de atender também a uma das diretrizes gerais para visitação em UC, que diz que a visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, ainda vêm auxiliar a minimização de uma das fraquezas do PERO, apontadas pelos visitantes que diz respeito à falta de local para a compra de alimentos e souvenirs.

Outra ameaça que está diretamente ligada à falta de plano de manejo é a dificuldade de observação da fauna, uma vez os animais que habitam o PERO possuem hábitos noturnos. Isso porque sem o plano de manejo não é possível montar um programa de visitação que contemple atividades que diversifiquem a experiência de visitação. Nesse sentido, com o plano de manejo, será possível realizar um programa de visitação que, respeitando as características do parque, promova visitas noturnas para observação da fauna, como uma das formas de minimizar esta ameaça. Apesar de pouca relevância em relação à visitação ao PERO, a probabilidade de ocorrência dessa ameaça é muito alta, uma vez que grande parte dos visitantes, que participaram da pesquisa, reclamaram da dificuldade de visualização da fauna local.

Segundo as diretrizes gerais, a visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento. Além disso, a adoção das diretrizes para a interpretação ambiental pode ser de grande valia na diversificação de experiências de visitação no PERO. Contudo, o planejamento de atividades de visitação depende inteiramente da execução do plano de manejo do parque.

Ainda no que se refere à necessidade do plano de manejo, a falta de local adequado e seguro para o estacionamento dos meios de locomoção dos visitantes é uma ameaça significativa frente aos demais espaços turísticos do município de Matinhos/PR. Contudo está classificada como de baixa probabilidade de ocorrência, uma vez que não há registro de nenhuma ocorrência de roubo ou algum tipo de estrago nos veículos dos visitantes do parque.

A entrada de bicicletas, e principalmente de motocicletas dentro do parque, pode afetar de forma negativa a fauna e flora local. Segundo as diretrizes voltadas aos gestores de unidades de conservação, deve-se avaliar criteriosamente a utilização de veículos motorizados, como também a realização de sobrevôos e demais atividades que possam causar distúrbio ou perturbar o ambiente local. Além disso, vale lembrar que nestas mesmas diretrizes, os gestores devem buscar o estabelecimento de infra-estrutura adequada e equipamentos, neste caso, estabelecer um local apropriado fora das dependências do parque para estacionamento de bicicletas e motocicletas, como também para automóveis e ônibus, para a realização das atividades de visitação.

Na percepção dos visitantes, a principal fraqueza do parque, apontada como motivo que impediria uma nova visita seria a grande quantidade de insetos, mas especificamente os pernilongos, uma vez que os repelentes comuns não apresentam eficácia em afastá-los.

Essa fraqueza pode vir a tornar-se uma ameaça, visto que a presença dos mesmos se deve pela grande quantidade de áreas alagadas ao longo de todo o parque, fato que não ocorre nos demais espaços turísticos do município.

Assim, como forma de atender uma das diretrizes de segurança, que orienta as Unidades de Conservação a elaborarem documento contendo todas as recomendações necessárias à segurança do visitante e que informe os riscos inerentes a cada local e atividade de visitação, como também atender a uma das diretrizes direcionadas aos gestores da UC, que orienta a disponibilizar informações para o visitante antes e durante a visita à Unidade de Conservação, para que os mesmos possam prevenir acidentes, minimizar impactos ambientais e culturais e maximizar a qualidade de sua experiência. Essas informações poderiam ser disponibilizadas nos meio de divulgação do PERO, fato que não acontece hoje.

Considerando que o Parque Estadual do Rio da Onça/PR localiza-se dentro de uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação no Estado do Paraná, e tendo como apoio as *Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná* (SETU, 2001) além das “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006) de âmbito nacional, esta é a maior das potencialidades do parque, como mostra o Quadro 2, visto que as políticas públicas voltadas à implantação do programa Turismo em Áreas Naturais vêm abranger a realização do plano de manejo, criação de fundo para administrar as receitas,

promover a regularização fundiária das áreas visitáveis, viabilizar concessões e terceirizar serviços, manutenção de mecanismos de controle e fiscalização do turismo em áreas naturais, viabilização de planos de gestão participativa e monitoramento ambiental de áreas naturais visitadas, entre outros, visando fornecer os subsídios necessários para a utilização dessas áreas para a visitação turística (SETU, 2000).

Além disso, as estratégias de informação e de promoção da educação vêm contribuir para a conservação dos recursos naturais e culturais por meio da divulgação de informações sobre o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, promoção da capacitação profissional dos recursos humanos, entre outros.

Partindo do pressuposto que esta oportunidade seja realmente aproveitada pelos gestores do parque, será possível maximizar os pontos fortes e as demais oportunidades, como também minimizar os pontos fracos e ameaças a partir das ações do Governo do Estado em desenvolver o turismo nas Unidades de Conservação.

Com base nos dados obtidos por meio desta pesquisa, observa-se que as condições atuais de uso público do PERO, no que se refere à infra-estrutura, disponibilização de informações, segurança e recursos naturais existentes, o mesmo tem satisfeito em grande parte as expectativas dos visitantes, contudo, devido principalmente à falta de plano de manejo, essas condições de uso não estão de acordo com as atuais diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo anterior, foram apresentados os resultados e discussões desta pesquisa, abordando a contagem, identificação, faixa etária, perfil sócio-econômico dos visitantes e meios de transporte utilizados para chegar ao parque, como também as características da visita e a avaliação da experiência vivida no Parque Estadual do Rio da Onça/PR, e os aspectos relevantes ao parque e a análise SWOT das condições de uso público do PERO, à luz do documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do MMA (2006).

Neste capítulo, serão apresentadas as considerações finais, a partir da análise dos resultados desta pesquisa. Considerando o alcance dos objetivos propostos, buscou-se responder ao problema desta pesquisa a partir dos resultados obtidos, de onde serão apresentadas recomendações para o planejamento e gestão da unidade de conservação em questão.

A presente pesquisa mostrou que, diante do contexto de uso público (turístico) em unidades de conservação, as condições atuais de uso público do PERO quanto à infra-estrutura, disponibilização de informações, segurança e recursos naturais existentes, satisfazem à expectativa dos visitantes. Contudo, não se ajustam às atuais diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA.

Para se chegar a esta constatação, foi necessário analisar o uso público do Parque Estadual do Rio da Onça/PR (PERO), a partir da satisfação do visitante, diante do contexto do turismo em unidades de conservação e das atuais diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA, observando a atratividade exercida pelo mesmo em relação aos demais espaços turísticos do município onde está localizado.

Considerando os resultados obtidos na pesquisa com os visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR foi possível verificar o grau de satisfação dos mesmos em relação à experiência vivida durante a visita ao parque bem como a relação dos aspectos da visita com as documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” do Ministério do Meio Ambiente.

Estas informações são indicadores válidos para que os gestores/administradores do parque possam implementar ações para aumentar a satisfação dos visitantes, de acordo com a legislação pertinente ao parque, Lei nº.

9.985⁹ de 18 de Julho de 2000, e as diretrizes de visitação estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

As informações referentes ao perfil do visitante e ao grau de satisfação dos mesmos, devem ser constantemente monitoradas pela gestão do parque, como forma de manter os indicadores, listados a seguir, atualizados para direcionar suas ações em relação à visitação, tais como: aglomerações/encontros de grupos; conservação do ambiente; ruídos e segurança; conflito de uso entre diferentes usuários; número de infrações; entre outras” (MMA, 2006. p.16). Além disso, a avaliação da qualidade dos serviços prestados nas Unidades de Conservação são de fundamental importância para a melhoria na qualidade da experiência vivida pelo visitante, como também para auxiliar nas ações a serem realizadas pelos gestores de UC, em concordância com as atuais diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA.

Tendo em vista que os visitantes do parque buscam o contato com a natureza, como o constatado na pesquisa, reconhece-se que a atratividade exercida pelo PERO em sua região de ocorrência é muito significativa, uma vez que o mesmo foi escolhido como segunda opção de visitação. A primeira opção ficou com as praias, principal atrativo do município, considerando as características litorâneas do mesmo.

As informações referentes à atratividade do parque em relação aos demais atrativos turísticos do município são indicadores importantes para gestores/administradores do Parque e podem ser utilizadas como base para o planejamento de ações voltadas à divulgação, como também para a oferta de atividades a serem desenvolvidas durante a visitação ao mesmo.

Referente ao instrumento de pesquisa utilizado, a realização de entrevista semi-estruturada com os visitantes em unidades de conservação, permite ao pesquisador uma gama maior de informações, se comparado com questionários com perguntas fechadas, sem, contudo, perder o foco da pesquisa. Entretanto, a elaboração da mesma deve prezar pela objetividade, uma vez que a entrevista interrompe a atividade recreativa dos visitantes e, muitas vezes estes não tem disposição em contribuir com a melhoria da qualidade da Unidade de Conservação visitada, como comprovado nos estudos de Takahashi (1998) e Kataoka (2004).

⁹

Publicada no Diário Oficial da União em 19/07/2000.

A satisfação ou insatisfação dos visitantes depende, em grande parte, da percepção do mesmo e o conhecimento das características dos visitantes tem papel fundamental para a compreensão do seu comportamento enquanto usuário, possibilitando o aumento do profissionalismo na prestação dos serviços e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade da experiência dos visitantes.

Tendo em vista a satisfação do visitante, a análise SWOT revelou que o principal ponto fraco do parque, de acordo com os participantes da pesquisa, foi a ocorrência maciça de pernilongos e “mutucas” presentes em toda a extensão do mesmo, fato este devido à presença de áreas alagadas na maior parte de seu território. Esta fraqueza se deve principalmente ao fato de que os repelentes comuns não surtem efeito e, o único repelente eficaz não está disponível para aquisição no parque.

Recomenda-se que os gestores/administradores do parque busquem alternativas para minimizar este ponto fraco. Se não for possível ofertar o produto que apresenta resultado eficaz no repelimento dos insetos nas dependências do parque, procurar informar aos visitantes, através dos meios de divulgação da UC, o nome do produto, como também a sugestão de alguns pontos de venda do mesmo.

No que se refere a maior ameaça apontada pela pesquisa, foi à falta de plano de manejo, uma vez que o mesmo norteia todas as atividades a serem desenvolvidas na UC, assim como todas as decisões de gestão da mesma. A partir do plano de manejo é possível prever e executar ações que visem não somente minimizar as demais ameaças, como também os pontos fracos apresentados pelo parque em relação à atividade de visitação. A falta de plano de manejo no PERO afeta o primeiro e o quarto princípio das diretrizes para visitação em unidades de conservação, uma vez que as atividades desenvolvidas no parque devem estar de acordo com os objetivos de manejo e previstas no mesmo.

Vale salientar que, o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” do Ministério do Meio Ambiente, vem auxiliar as UC como um orientador de ações voltadas para a visitação que satisfaça as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade da sua experiência, segurança e necessidade de conhecimento, uma vez que a mesma é instrumento de fundamental importância para aproximar a sociedade da natureza, e contribuir para a sensibilização desta sociedade sobre a importância da conservação dos ambientes e processos naturais para a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.

Nesse sentido, observa-se que o Parque Estadual do Rio da Onça/PR, apesar do empenho dos funcionários, tem satisfeito parcialmente as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento, como também não há nenhum tipo de planejamento quanto à gestão da visitação.

Tendo em vista que o PERO não possui estrutura para atender pessoas portadoras de necessidades especiais, a visitação no mesmo não possibilita o acesso de todos os segmentos sociais. Além disso, há falta de integração com a comunidade local e a visitação não tem contribuído para a promoção do desenvolvimento econômico e social da mesma.

Com base nas informações descritas anteriormente, observa-se que as condições atuais de uso público do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, apesar de estarem satisfazendo em grande parte os visitantes, não estão de acordo com os atuais princípios das diretrizes para visitação em unidades de conservação do MMA.

De acordo com a proposta da pesquisa, a análise do uso público do Parque Estadual do Rio da Onça/PR (PERO), a partir da satisfação do visitante e diante do contexto do turismo em unidades de conservação, esta pesquisa proporcionou a geração de subsídios teóricos para o uso público do mesmo contribuindo, dessa forma, com o conhecimento do turismo em unidades de conservação no Brasil.

Tendo em vista que as pesquisas sobre a satisfação do turista no Brasil ainda estão em fase inicial de desenvolvimento, em especial o turismo (visitação) em Unidades de Conservação, recomenda-se que as UC estimulem a realização de pesquisas sobre a satisfação dos visitantes com relação aos serviços prestados, até como forma de seguir uma das diretrizes do MMA voltadas à visitação em Unidades de Conservação.

• REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos de pós-graduação – noções práticas**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGULO R. J. & ARAÚJO A. D. **Classificação da costa paranaense com base na sua dinâmica, como subsídio à ocupação da orla litorânea**. *Bol. Par. Geoc.* Curitiba: 1996.

ANGULO R. J. **Variações na configuração da linha de costa no Paraná nas últimas quatro décadas**. *Bol. Par Geoc.* Curitiba: 1993.

BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BARROS, Maria I. A. de. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2003.

BARSKY, J. D.; LABAGH, R. *A strategy for consumer satisfaction*. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**. October, 1992.

BOULLÖN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**, São Paulo: EDUSC, 2002.

CAMPOS, S. R. *Os cinco sentidos da hospitalidade*. **REVISTA GLOBAL TOURISM**. Dezembro, 2006.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

COUTINHO, Átila K. **Parque Municipal da Galheta em Bombinhas/SC: Uma Avaliação das Características e Percepções dos Visitantes e da Comunidade da Praia de Bombas**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1999.

DENKER, Ada de Freitas Manetti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5ª edição. São Paulo: Futura, 2001.

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. **“Manual do Ecoturismo”**. Rio de Janeiro, 1994.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Estudo Sobre O Turismo Praticado Em Ambientes Naturais Conservados: relatório final**. São Paulo, 2002. www.embratur.gov.br – Acesso em 20 dezembro de 2005.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. 2003. Disponível em www.embratur.gov.br – Acesso em 20 dezembro de 2005.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá – PR: Memória Brasileira, 1996.

FIGUEIREDO, J.C. **Contribuição à geografia da Ilha do Mel (litoral do Paraná)**. Curitiba, 1954. 64 fl. Tese (Concurso de Cátedra em Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HAMMITT, W. E.; COLE, D. N. **Wildland recreation: ecology and management**. Nova York: John Wiley, 1998.

HANDEE, J. C.; STANKEY, G. H.; LUCAS, R. C. **Wilderness management**. 2^o ed. Golden: North American Press, 1990.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná: Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - Departamentos de Unidades de Conservação, Sócio-ambiental e de Biodiversidade. **Proposta de Plano de Manejo do Parque Florestal do Rio da Onça**. Curitiba, 1998.

_____ **Unidades de conservação do Paraná: Patrimônio de todos, responsabilidade de cada um**. Folder. Curitiba, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lei nº 9.985 - Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000. Disponível em www.ibama.gov.br – Acesso em 20 dez. 2005.

JACOBS, G. A. **Unidades de Conservação no Estado do Paraná: Reflexões sob um Contexto Histórico-Ambiental.** p. 68-80. *In:* Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. *Anais.* Curitiba. IAP: UNILIVRE, 1997. Vol. II. P. 912.

JUNIOR, Oswaldo Dias dos Santos. **O desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação: Caracterização do Uso Público no Parque Estadual da Ilha do Mel – PR.** Dissertação de Mestrado, Univali, Balneário Camboriú, 2006.

KATAOKA, Silvia Yochie. **Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta.** Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2004.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5^o edição. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing Público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países.** São Paulo, MAKRON Books, 1994.

LINDBERG, K. ; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 4^o edição. São Paulo, SENAC, 2002.

MAGRO, T. C. **Percepções do uso público em Unidades de Conservação de proteção integral.** *In:* BAGER, A. Áreas protegidas: Conservação no âmbito do cone sul. Pelotas; Alex Bager, 2003.

MARTINS, Angelo Antonio Cavalcante. **Motivação, expectativa, experiência, satisfação ou dissatisfação dos turistas com o produto turístico destinação: estudo sobre a área da grande Maceió - Alagoas – BR.** Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2006.

MIDDLETON, Vitor T. C.; CLARKE, Jackie. **Marketing de turismo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil: 2007-2010.** Brasília, 2006. www.turismo.gov.br – acesso em 05 abr. 2007.

MMA. Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, 2006.

MURTA, S. M. e ALBANO C. **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Ed.UFMG. Belo Horizonte, 2002.

NIEFER, Inge Andréa. **Análise do perfil dos visitantes da Ilha do Superagüi e do Mel: Marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 2002.

OMT - Organización Mundial del Turismo. **Barómetro OMT del Turismo Mundial**, Vol. 4, 2006.

_____. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São paulo: Roca, 2005.

PRIMACK, Richard B. RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina: Editora Rodrigues, 2001.

RICHARDSON, R. J.; **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª EDIÇÃO. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Geografia e turismo: notas preliminares**. São Paulo: DG-USP, 1992.

_____. **Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ROGGENBUCK, J. W.; LUCAS, R. C. **Wilderness use and user characteristics: A state-of-knowledge review**. General Technical Report INT. USDA. Forest Service, Fort Collins, 1987.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SETU. Secretaria de Estado do Turismo. **Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais**. Curitiba, 2000.

_____. **Áreas Prioritárias para o Turismo em Áreas Naturais.** Curitiba, 2001.

SONEHARA, Juliano de Souza. **Aspectos florísticos e fitossociológicos de um trecho de vegetação de restinga no Parque Estadual do Rio da Onça – Matinhos, PR.** Dissertação de Mestrado. UFPR, 2005.

STANLEY, G. H. **Visitors perception of recreation carrying capacity.** Research Paper nº 142. Odgen: USDA. Forest Service. p. 1-61, 1973.

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos Visitantes, Suas Preferências e Percepções e Avaliação dos Impactos da Visitação Pública em Duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná.** Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 1998.

_____. **Uso Público em Unidades de Conservação.** Cadernos de Conservação. Ano 2. nº 2. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

WASCHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1977.

WEBER, K. *The assessment of tourist satisfaction using the expectancy disconfirmation theory: a study of German travel market in Australia.* **Pacific Tourist Review**, v.1, p. 35 – 45, 1997.

www.pr.gov.br/turismo (Acesso em 20 de dezembro de 2005)

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data de Nascimento (dia / mês / ano): ____ / ____ / ____ Sexo: () M () F

Cidade: _____ Estado: _____

Escolaridade: () Primeiro Grau Completo () Primeiro Grau Incompleto
() Segundo Grau Completo () Segundo Grau Incompleto
() Superior Completo () Superior Incompleto

Profissão: _____

Renda Mensal: () De 1 a 3 salários mínimos () De 4 a 6 salários mínimos
() De 7 a 10 salários mínimos () De 11 a 13 salários
mínimos
() Mais de 14 salários mínimos

Em qual balneário está hospedado?

Qual o período médio de sua estada?

Numere, por ordem de interesse, os locais que gostaria de visitar:

() Praias () Morro do Boi
() Morro do Escalvado () Cachoeira da Quintilha
() Ilha das Tartarugas () Parque Estadual do Rio da Onça
() Parque Aquático
() Outros _____

Como ficou conhecendo o Parque Estadual do Rio da Onça?

() Indicação de amigos () Folder () Internet
() Outros: _____

Com que frequência visita o Parque Estadual do Rio da Onça?

() Primeira vez que visito () Uma vez ao ano
() Duas vezes ao ano () Mais de três vezes ao ano

Qual o objetivo da sua visita ao Parque Estadual do Rio da Onça?

- Contemplação da natureza Caminhada
 Trilha Pesquisa

Referente ao Parque Estadual do Rio da Onça, classifique os itens abaixo relacionados de acordo com a tabela:

(1) Ruim	(2) Regular	(3) Bom	(4) Ótimo	(5) Excelente
----------	-------------	---------	-----------	---------------

Sobre as vias de acesso ao Parque:

- Condições estruturais das vias de acesso Segurança durante o percurso
 Sinalização

Sobre o Centro de Visitantes:

- Qualidade do atendimento Infra-estrutura oferecida
 Qualidade das informações recebidas

Sobre as Trilhas:

- Condições estruturais das trilhas Segurança durante o percurso
 Sinalização das trilhas Sinalização dos atrativos
 Qualidade das informações recebidas Atendimento

O que você considera como pontos positivos do parque que lhe motivaria a realizar uma nova visita?

O que você considera como pontos negativos do parque que lhe desmotivaria a realizar uma nova visita?

Data: _____